

ESTUDO DO COMPONENTE QUILOMBOLA (ECQ)

LT 138 kV Angra (FURNAS) - Angra (AMPLA)

Número Contrato: 8000009796



NOVEMBRO - 2017

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DO EMPREENDEDOR E EMPRESA DE CONSULTORIA	6
1.2. EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO	6
2. INTRODUÇÃO	7
3. EQUIPE TÉCNICA	8
4. DADOS DO EMPREENDIMENTO	10
4.1. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	10
4.2. DESCRIÇÃO DO PROJETO	10
5. MARCOS LEGAIS E ASPECTOS METODOLÓGICOS	11
5.1. PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS	11
5.2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	13
6. DIAGNÓSTICO GERAL	16
6.1. COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA ÁREA DO EMPREENDIMENTO	16
6.2. CARACTERIZAÇÃO PRÉVIA DA COMUNIDADE BRACUÍ	20
6.2.1. DENOMINAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E FORMAS DE ACESSO	20
6.2.2. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	21
6.3. ASPECTOS SOCIAIS	21
6.3.1. BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE	21
6.3.2. INFRAESTRUTURA	24
6.3.3. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA, DEMANDAS E VULNERABILIDADES	25
6.3.4. ORDENAMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL	27
6.3.5. DEMANDAS E VULNERABILIDADES	32
6.3.6. SAÚDE	33
6.3.7. EDUCAÇÃO	35
6.4. MAPEAMENTO DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS	36
6.5. CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO ATUAL	39
6.6. ATIVIDADES ECONÔMICAS E PRÁTICAS PRODUTIVAS	45
6.7. ASPECTOS GERAIS DO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA COMUNIDADE	49
6.8. ASPECTOS GERAIS SOBRE OS BENS MATERIAIS E IMATERIAIS, RELIGIOSIDADE E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	51
6.8.1. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS QUE CONTENHAM REMINISCÊNCIA HISTÓRICA	52
7. CONTROLE, MITIGAÇÃO E POTENCIALIZAÇÃO DE IMPACTOS	56
7.1. PRESENÇA E FLUXO DE PESSOAS ESTRANHAS À COMUNIDADE	57
7.2. RESTRIÇÃO DE MOBILIDADE ENTRE A COMUNIDADE E O ENTORNO.	57
7.3. PREJUÍZOS ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA COMUNIDADE	58
7.4. RISCOS AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA COMUNIDADE	59
7.5. DIFICULDADE DE ACESSO SOBRE BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS OFERECIDOS ÀS COMUNIDADES	60
7.6. IMPACTOS SOBRE OS MEIOS FÍSICO E BIÓTICO RELACIONADOS À REPRODUÇÃO FÍSICA, SOCIAL E ECONÔMICA DA COMUNIDADE	62
7.7. OUTROS ASPECTOS AVALIADOS	63
8. MATRIZ DE ASPECTOS E IMPACTOS	63
8.1. METODOLOGIA	64
8.2. MATRIZ DE IMPACTOS	70
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
10. ANEXOS	75
ANEXO 1: ATA E LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO INFORMATIVA	75
ANEXO 2 – LISTA DE PRESENÇA DA OFICINA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Equipe técnica habilitada, responsável pela execução do ECQ.	9
Tabela 2 - Dispositivos legais aplicáveis	12
Tabela 3 - Cronograma das Atividades Desenvolvidas. Angra dos Reis, 2017.	15
Tabela 4: Processos de certificação e regularização territorial das comunidades Quilombolas no município de Angra dos Reis, 2017.	17
Tabela 5: Processos de certificação e regularização territorial da comunidade Quilombola Santa Rita de Bracuí, 2017.	25
Tabela 6: Perímetro e dimensão territorial Quilombo Bracuí, 2016.	26
Tabela 7- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência segundo sua cor e ocupação. Angra dos Reis, 2010.....	47
Tabela 8- Pessoas residentes em domicílios particulares, segundo cor ou raça e rendimentos (salário mínimo). Angra dos Reis, 2010.	47
Tabela 9 - Perfil Socioeconômico das famílias da Comunidade Quilombola Bracuí. Cadastro Único. SEASDH. Rio de Janeiro, 2010.	48
Tabela 10: Registro do Jongo no Sudeste como bem imaterial.	55
Tabela 11 - Matriz de Aspectos e Impactos, 2017	70
Tabela 12 - Classe de importância dos Impactos associados aos Programas Ambientais, 2017.....	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Terras Indígenas e Quilombolas próximas ao empreendimento, 2017.	18
Figura 2 - Localização Município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro.	20
Figura 3 - Mapa do Território Quilombola Bracuí e Zoneamento Municipal. Angra dos Reis, 2017.	29
Figura 4 - Escola Municipal Aurea Pires da Gama. Angra dos Reis, 2017. Fonte: Cedro Ambiental.	36
Figura 5 - Mapa com as áreas de uso e empreendimentos localizados na comunidade quilombola Bracuí. Angra dos Reis, 2017. Fonte: Cedro Ambiental com base nas informações de campo e INCRA, 2017.	38
Figura 6 - Estrada Santa Rita, na parte interna da comunidade quilombola do Bracuí. Angra dos Reis, 2017. Fonte: Cedro Ambiental.	40
Figura 7 - Estrada Santa Rita, interligando a comunidade à rodovia BR-101. Angra dos Reis, 2017. Fonte: Cedro Ambiental.	40
Figura 8 : Vista do Rio Bracuí na entrada da Comunidade Quilombola Bracuí. Angra dos Reis, 2017. Fonte: Cedro Ambiental.	41
Figura 9 - Capela Santa Rita do Bracuí e Barração onde foi realizada a Reunião Informativa, com presença de representantes de FURNAS, Fundação Palmares e Cedro Ambiental. Angra dos Reis, 2017. Fonte: Cedro Ambiental.	42
Figura 10 - Antiga sede da Associação Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA). Angra dos Reis, 2017. Fonte: Cedro Ambiental.	43
Figura 11 : A presidente da Associação ao lado do mural histórico e quadro com nome de todos ex-escravos identificados no município de Angra dos Reis. Fonte: Cedro Ambiental.	44
Figura 12 - Banca de produtos orgânicos oferecidos por representantes quilombolas cadastrados no município de Angra dos Reis/RJ, 2017. Fonte: Cedro Ambiental.	46
Figura 13 - Oficina para construção da matriz de impactos. Fonte: Cedro Ambiental.	57
Figura 14 - Áreas de roças, pastos e sistema agroflorestal abaixo e próximos da LT Angra-Angra. Angra dos Reis, 2017.	59

SIGLAS E ABREVIações

SIGLA	DESCRIÇÃO
ECQ	Estudo do Componente Quilombola
FCP	Fundação Cultural Palmares
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LT	Linha de Transmissão
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFPR	Universidade Federal do Paraná
MInC	Ministério da Cultura
OIT	Organização Internacional do Trabalho
CRQs	Comunidades Remanescentes de Quilombo
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
DOU	Diário Oficial da União
DOERJ	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro
ARQUISABRA	Associação Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

1. APRESENTAÇÃO DO EMPREENDEDOR E EMPRESA DE CONSULTORIA

1.1. Identificação do empreendimento empreendedor

Empreendedor: FURNAS Centrais Elétricas S. A.

CNPJ: 23.274.194/0001-19

Empreendimento: LT 138kV Angra (FURNAS) – Angra (Ampla)

Endereço: Rua Real Grandeza, 219

CEP: 22.281-900

Cidade/Estado: Rio de Janeiro - RJ

Telefone para contato: (021) 2528-3280

E-mail: katyac@furnas.com.br

1.2. Empresa responsável pela elaboração e execução

Executor: CEDRO ASSESSORIA AMBIENTAL

CNPJ: 05.556.254/0001-04

I.E.: Isento

I.M.: 9814

Cadastro Técnico Federal: 0091203/2016

Endereço: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 336

CEP: 89.120-000

Cidade/Estado: Timbó - SC

Telefone: (047) 3394-3570

E-mail: cedro@cedroambiental.com.br

2. INTRODUÇÃO

O presente estudo trata do Componente Quilombola (ECQ), parte integrante do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), e Projeto Básico Ambiental (PBA) para o fornecimento do licenciamento ambiental da Linha de Transmissão (LT) 138 kV Angra (FURNAS) – Angra (Ampla), no Estado do Rio de Janeiro.

O documento visa fornecer subsídios necessários à caracterização histórica, social, cultural e econômica da comunidade quilombola de Bracuí, cujas terras serão diretamente impactadas pelo empreendimento. Foram identificadas duas áreas quilombolas no município de Angra dos Reis (Alto da Serra e Bracuí), contudo a comunidade Alto da Serra está afastada da área destinada à reconstrução da linha de transmissão, uma vez que as comunidades que a compõem estão localizadas, respectivamente, a 5,6 Km (Cameru) e 7,47 Km (Família Leite) de distância do eixo do empreendimento. Já na comunidade de Bracuí, o traçado atravessa a comunidade entre os vértices 109 e 110 e, portanto, será alvo do estudo.


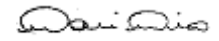

O desenvolvimento do estudo diagnóstico seguiu todas as orientações prescritas na legislação e nos órgãos fiscalizadores competentes, as quais requerem a permanência do pesquisador em campo e a participação da comunidade. O trabalho de campo fez-se necessário uma vez que cabe à equipe técnica responsável registrar os possíveis impactos sobre a área quilombola sob a perspectiva de seus moradores. É fundamental que a população seja envolvida na discussão, e não apenas para a composição da matriz de impacto, mas para a proposição de programas e medidas mitigadoras/compensatórias. A importância legal dada à perspectiva local deve-se ao reconhecimento que tais grupos mantêm relações singulares com seus territórios. Ressalta-se que a equipe técnica desempenha um papel de mediador, adequando anseios locais às regras e métodos necessários para a composição do documento.

3. Equipe técnica

A equipe técnica que realizou os estudos está habilitada para executar as atividades propostas no presente Estudo do Componente Quilombola da LT 138 kV – Angra (FURNAS) – Angra (Ampla), e atende às exigências estabelecidas no anexo II-C da Portaria Interministerial 60/2015 e Edital TP.GCM.A.00052.2016.

As formações, funções, documentações e número de cadastro técnico no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estão detalhadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Equipe técnica habilitada, responsável pela execução do ECQ.

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	CTF	RG OU CONSELHO DE CLASSE	CONTATO	ASSINATURA
Tereza Cristina Silveira	Antropóloga, mestre em Antropologia Social	Coordenação do ECQ	5869093	28234300-SSP/SP	14 98915836 11 98618-0272	
Mariana Miranda Zanetti	Cientista Social (UFSCar)	Caracterização do Grupo, Caracterização Socioeconômica, Avaliação de Impactos	5910683	28605484-X SSP SP	11 963978454	
Alessandra Stremel Pesce Ribeiro	Antropóloga, mestre em Antropologia Social UFPR	Apoio Técnico Especializado	549547	7000441-0 SSP PR	41 907497724	

4. DADOS DO EMPREENDIMENTO

4.1. Identificação e localização do empreendimento

A Linha de Transmissão 138 kV Angra (FURNAS) – Angra (Ampla), com 34 km de extensão, está localizada no município de Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro. Número: TP.GCM.A.00052.2016.

4.2. Descrição do projeto

FURNAS dividiu a obra de reconstrução do circuito simples da Linha de Transmissão (LT) 138 kV Angra (FURNAS) – Angra (Ampla), com 34km de extensão, em duas partes. O primeiro trecho, da SE Angra (FURNAS) até a torre 80, tem 28 km de extensão e 56 torres metálicas autoportantes, será reconstruído e terá as torres substituídas. O segundo trecho, da torre 80 até a SE Angra (Ampla), tem 6 km de extensão e 17 torres metálicas autoportantes, e será recapitado com a troca de cabos, porém sem a substituição das torres. Considerando que o recondutoramento de uma linha de transmissão envolve atividades que possivelmente influenciarão o ambiente do entorno, e torna-se necessário elaborar estudos para a avaliação dos impactos ambientais deste empreendimento em conformidade com a Resolução CONAMA 001/86 .

A atual LT Angra (FURNAS) – Angra (Ampla), apesar de possuir apenas 138 kV de potência, atravessa uma região que compreende um parque federal e um estadual e está inserido em região de mata atlântica com densa vegetação. Além disso, o empreendimento corta o território quilombola de Santa Rita do Bracuí e passa a uma distância de apenas 1,4 km da Terra Indígena Guaraní de Bracuí. Deste modo, faz-se a exigência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, como parte do processo de licenciamento ambiental.

Já o Projeto Básico Ambiental (PBA) é um documento exigido ao empreendedor como parte do processo de licenciamento ambiental, para a mitigação dos impactos ambientais identificados no EIA e apresentará de forma detalhada os programas ambientais a serem implantados.

5. MARCOS LEGAIS E ASPECTOS METODOLÓGICOS

5.1. Principais Marcos Legais

O reconhecimento dos direitos e territórios étnicos-raciais estende-se há décadas, resultando em avanços significativos nos âmbitos políticos e jurídicos, conforme observa-se no histórico dos dispositivos legais federais.

O Art. 68 da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre o reconhecimento e promoção da propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras.

No dia 22 de agosto de 1988, o Governo Federal cria a Fundação Cultural Palmares, primeira instituição pública voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira, como uma entidade vinculada ao MinC. Por meio do Portaria MINC nº 447, de 2 de dezembro de 1999, o Ministério da Cultura delega a competência à FCP para praticar e assinar os atos necessários ao efetivo cumprimento do disposto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, atendidas as prescrições legais pertinentes (BRASIL, 1999).

Os procedimentos administrativos para a identificação e reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos e para a delimitação, demarcação e titulação das áreas por eles ocupadas foram promulgados pela Portaria FCP nº 40, de 13 de julho de 2000. A Fundação Cultural Palmares passa a ser a instituição responsável pela abertura de processo interno administrativo para reconhecimento das comunidades quilombolas, por meio da elaboração de relatório técnico e emissão de parecer conclusivo (BRASIL, 2000). Até o ano de 2003, a competência para titulação territorial (identificação e delimitação dos territórios), na esfera federal, era da Fundação Cultural Palmares. Por força do Decreto 4.887 de 2003, essa competência passou a ser do INCRA.

A Instrução Normativa Incra nº 56, de 7 de outubro de 2009, estabelece a divisão de responsabilidades para o processo administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades quilombolas. Fica instituído como responsabilidade da Fundação Cultural Palmares atestar a caracterização dos remanescentes das comunidades de quilombos, mediante

auto definição da comunidade e certificação emitida pela FCP. O processo de reforma agrária fica a cargo do INCRA mediante o desenvolvimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID (BRASIL, 2009).

Os procedimentos e prazos para o desenvolvimento do Estudo do Componente Quilombola estão estabelecidos na Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015. Os procedimentos e prazos para manifestações da FPC estão estabelecidos na Instrução Normativa FCP nº1 de 25 de março de 2015.

Tabela 2 - Dispositivos legais aplicáveis

Componente Quilombola	
Portaria Interministerial nº 60, de 24/03/2015	Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do IBAMA.
Instrução Normativa FCP nº 1, de 25/03/2015	Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Cultural Palmares nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.
Art. 215 da Constituição Federal 1988	Dispõe sobre a garantia, incentivo e valorização dos direitos culturais e acesso e difusão às fontes e manifestações culturais.
Art. 216 da Constituição Federal 1988	Dispõe sobre patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial.
Art. 68 da Constituição Federal 1988	Dispõe sobre o reconhecimento de propriedade definitiva dos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras.
Portaria INCRA nº 307 de 22/11/1995	Determina que as comunidades remanescentes de quilombos, como tais caracterizadas, inseridas em áreas públicas federais, arrecadadas ou obtidas por processo de desapropriação, sob a jurisdição do INCRA, tenham suas áreas medidas e demarcadas, bem como tituladas.
Portaria MINC nº 447, de 2/12/1999	Delega a competência à titular da Presidência da Fundação Cultural Palmares.
Portaria FCP nº 40, de 13/07/2000	Estabelece normas que regerão os trabalhos para a identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação, levantamento cartorial, e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos.
Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Decreto Federal nº 5.051, de 19/04/2004	Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989.
Decreto nº 6.040 de 07/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).
Portaria nº98 da Fundação Palmares, de 26/11/2007	Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03.
Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20/10/2009	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

5.2. Aspectos Metodológicos

➤ Trabalho de campo

O trabalho de campo, segundo HERSKOVITS (1963), consiste em dirigir-se ao povo que se pretende estudar. Escutar as conversas, visitar os lares, assistir aos ritos, observar o comportamento habitual e interrogar sobre as tradições para obter, mediante o conhecimento direto dos modos de vida, uma visão de conjunto da cultura ou analisar algum aspecto especial. Os dados obtidos lançaram luz sobre os problemas essenciais da natureza e funcionamento da cultura e do comportamento social humano. Foram utilizadas técnicas distintas de trabalho de campo, tais como:

➤ Apresentação em PowerPoint

O primeiro passo da atividade de campo foi a apresentação do empreendimento e do processo de Licenciamento Ambiental. Essa etapa foi muito importante, pois nivelou as informações e permitiu aos participantes compreenderem as diferentes etapas do processo (planejamento, construção e operação). Ao final, foi proposta a construção de uma agenda participativa, adequada à disponibilidade dos moradores da Comunidade Quilombola de Santa Rita do Bracuí, para a realização de reuniões e entrevistas previstas para as atividades do trabalho de campo.

➤ Entrevistas semiestruturadas

Foram estabelecidos roteiros de campo para obtenção de informações importantes sobre o grupo, tais como aspectos demográficos, infraestrutura e vulnerabilidade social (educação, saúde e habitação), relação com a população do entorno, etc.

Parte das atividades de campo foi pautada na técnica de entrevistas semiestruturada. Conforme abordada por Manzini (1990/1991, p. 154) e TRIVIÑOS (1987, p. 152) as entrevistas semiestruturadas ajudam a confeccionar um roteiro prévio, com perguntas básicas. Tal técnica não limita o entrevistado, pelo contrário, permite obter informações de forma mais livre, pois as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. A técnica propicia a compreensão mais detalhada das informações, e a possibilidade de consolidação dos dados para compreensão dos aspectos observados.

Tendo em vista se tratar de uma comunidade como uma população aproximada entre 129 famílias (dados do INCRA) e 150 famílias (dados da ARQUISABRA), as conversas e entrevistas foram realizadas com as famílias nucleares e extensas, indicadas pelas lideranças da ARQUISABRA. Foram priorizados os diálogos com lideranças comunitárias, tais como: dirigentes da Associação Comunitária, Agentes de Saúde, professores da comunidade, e famílias localizadas nas áreas próximas da LT Angra - Angra. Todas as entrevistas realizadas foram mediadas pela Associação e pelos representantes da comunidade. Ao todo foram realizadas 10 entrevistas domiciliares para obtenção de dados relativos às condições socioeconômicas e perfil produtivo. Também foram realizadas entrevistas com lideranças e pessoas mais velhas da comunidade, atores estratégicos para coletar informações sobre: aspectos culturais, calendários rituais, lugares com referência simbólica importante, problemas de infraestrutura, histórico da comunidade e conflitos desencadeados com o entorno da comunidade. As entrevistas foram realizadas, sobretudo, à noite, pois durante o dia a maioria dos adultos estava ausente trabalhando. Nem sempre foi possível obter consentimento das famílias para as entrevistas, fato que contribuiu para reduzir o tamanho da amostra. Em todas as entrevistas a equipe foi acompanhada por membros da Associação Produção de Etnomapa.

Foi programada uma oficina com os moradores para confecção de etnomapa no intuito de caracterizar a ocupação (produção) do espaço em seus mais diferentes aspectos, como a identificação dos locais de uso, existência de possíveis sítios arqueológicos e outros lugares de significância simbólica/cosmológica para o grupo. No mapeamento realizado pela comunidade foram identificadas áreas de uso destinadas a atividades como caça, pesca, coleta de frutos e plantas medicinais; além dos lugares destinados à circulação de seus moradores.

➤ Oficina em campo, para avaliação dos impactos

A partir da reunião técnica realizada no dia 04 de outubro de 2017, o empreendedor explicou para os moradores quais eram as atividades previstas para a realização das obras. Posteriormente, a equipe técnica detalhou as ações operacionais, a partir desta exposição teve início a discussão de quais

impactos cada uma destas ações poderia gerar. Deste modo, foi possível construir a matriz de impactos de forma participativa com a comunidade.

➤ Pesquisa bibliográfica e documental

Incluiu o levantamento de dados secundários obtidos em diferentes fontes disponíveis: textos acadêmicos, relatórios técnico-científicos, textos legislativos/jurídicos, e demais publicações relativas à história da comunidade. Estudos sobre quilombos urbanos e rurais embasaram o trabalho dos aspectos culturais e étnicos. A pesquisa prévia de dados secundários considerou a relevância de pesquisas acadêmicas e registros históricos sobre a comunidade de Bracuí.

A partir dos dados obtidos com as pesquisas bibliográficas e a história oral, foi previsto o levantamento de documentos oficiais obtidos por meio de consultas ao IPHAN, Museu de Arte Sacra de Angra dos Reis, Prefeitura Municipal e outros onde foi possível obter informações sobre o grupo e os sítios históricos e arqueológico de importância para o grupo.

Tabela 3 - Cronograma das Atividades Desenvolvidas. Angra dos Reis, 2017.

Data	Atividade	Instituição/Local	Tipo
01/09/2017	Solicitação de RTID da comunidade quilombola de Bracuí	INCRA/ RJ	Ofício
01/09/2017	Solicitação de estudos e dados secundários de saúde	Secretaria Municipal de Saúde de Angra dos Reis/ RJ	Ofício
01/09/2017	Solicitação de estudos e dados secundários de educação	Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Angra dos Reis/ RJ	Ofício
01/09/2017	Solicitação de mapa Plano de Zoneamento Municipal	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Angra dos Reis/ RJ	Ofício
21/09/2017	Solicitação de Liberação para Reunião Informativa	Fundação Cultural Palmares/ RJ	Ofício
04/10/2017	Reunião Informativa	Cedro, Fundação Cultural Palmares, Furnas e ARQUISABRA/ Comunidade Quilombola Bracuí - RJ	Reunião
05/10/2017	Visita a Secretaria Municipal de Saúde de Angra dos Reis	Cedro/ Angra dos Reis - RJ	Visita
05/10/2017	Visita a Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis	Cedro/ Angra dos Reis - RJ	Visita
05/10/2017	Visita a Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico de Angra dos Reis	Cedro/ Angra dos Reis - RJ	Visita
05/10/2017	Entrevista com Lideranças ARQUISABRA	Cedro e Lideranças/ Comunidade Quilombola Bracuí, Angra dos Reis - RJ	Visita
06/10/2017	Entrevista com Moradores da Comunidade Quilombola Bracuí	Cedro e Moradores/ Comunidade Quilombola	Visita

Data	Atividade	Instituição/Local	Tipo
		Bracuí, Angra dos Reis - RJ	
06/10/2017	Entrevista profissional da Educação da Escola Quilombola	Cedro/ Comunidade Quilombola Bracuí, Angra dos Reis - RJ	Visita
06/10/2017	Mapeamento dos empreendimentos e áreas de uso da comunidade	Cedro/ Comunidade Quilombola Bracuí, Angra dos Reis - RJ	Mapeamento
07/10/2017	Visita Feira de Produtos Agroflorestais da Comunidade Quilombola Bracuí	Cedro/ Angra dos Reis - RJ	Visita
07/10/2017	Entrevista com Historiadora estudo da Comunidade Quilombola de Bracuí	Cedro/ Angra dos Reis - RJ	Visita
08/10/2017	Mapeamento dos empreendimentos e áreas de uso da comunidade Território Ilha	Cedro e Liderança/ Comunidade Quilombola Bracuí, Angra dos Reis - RJ	Visita e Mapeamento
08/10/2017	Entrevista profissional da Saúde da Comunidade Quilombola	Cedro e Liderança/ Comunidade Quilombola Bracuí, Angra dos Reis - RJ	Visita
09/10/2017	Entrevista com moradores na área diretamente impactada da Comunidade Quilombola	Cedro e moradores/ Comunidade Quilombola Bracuí, Angra dos Reis - RJ	Visita
09/10/2017	Oficina com Lideranças para Construção do Etno Mapa	Cedro e lideranças/ Comunidade Quilombola Bracuí, Angra dos Reis - RJ	Oficina
09/10/2017	Oficina de avaliação de impacto	Cedro e lideranças/ Comunidade Quilombola Bracuí, Angra dos Reis - RJ	Oficina
10/10/2017	Mapeamento de áreas de uso e áreas de risco nas propriedades diretamente impactada (complementação)	Cedro e moradores/ Comunidade Quilombola Bracuí, Angra dos Reis - RJ	Visita e Mapeamento

6. DIAGNÓSTICO GERAL

6.1. Comunidades quilombolas na área do empreendimento

O quadro geral de comunidades remanescentes de quilombo da Fundação Cultural Palmares informa que no estado do Rio de Janeiro há 37 comunidades reconhecidas, sendo 36 com certidões (CRQ) emitidas¹. Duas dessas comunidades quilombolas estão inseridas no município de Angra dos Reis, dentro da área de influência indireta do empreendimento: Santa Rita de Bracuí e Alto da Serra do Mar².

¹ <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/quadro-geral-15-05-2017.pdf>. Dados atualizados até a Portaria nº 104 de 25/04/2017

² <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/CERTID%C3%95ES-EXPEDIDAS-%C3%80S-COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-12-06-2017.pdf>. Certidões Expedidas (CRQs) atualizadas até a portaria nº 187/2017.

Segundo os dados disponibilizados no site do INCRA, o processo de reconhecimento do território da Comunidade Santa Rita de Bracuí foi iniciado em 2016, sendo que o RTID foi publicado no DOERJ em 02 de maio de 2016. Já o reconhecimento da Comunidade Alto da Serra do Mar, também iniciado em 2016, teve a portaria de reconhecimento do território publicada no DOU no dia 20 de abril de 2016. O processo de identificação realizado aguarda deliberação do órgão, conforme a tabela a seguir:

Tabela 4: Processos de certificação e regularização territorial das comunidades Quilombolas no município de Angra dos Reis, 2017.

COMUNIDADE	Nº PROCESSO NA FCP	DATA DA ABERTURA FCP	Nº PROCESSO No INCRA	SITUAÇÃO ATUAL
Santa Rita de Bracuí	01420.000103/1999-87	16/03/1999	54180.000971/2006-10	RTID
Alto da Serra do Mar	01420.001171/2007-52	11/05/2007	54180.000972/2006-56	Portaria no DOU

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados secundários da FCP e INCRA.

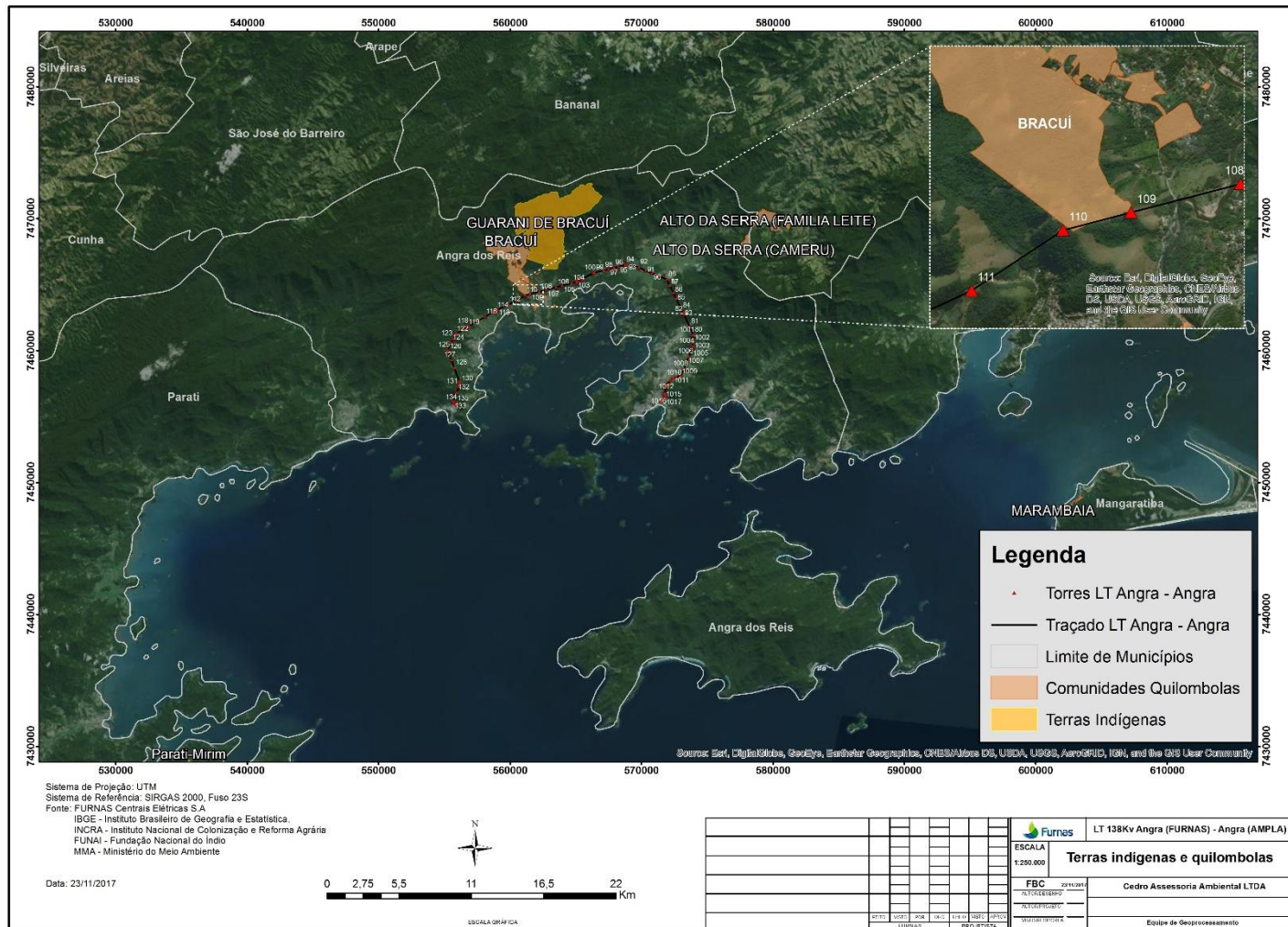


Figura 1 - Terras Indígenas e Quilombolas próximas ao empreendimento, 2017.

As bases cartográficas têm como referência a LT do empreendimento e mensuram a distância do empreendimento com as áreas das comunidades tradicionais. Com relação às comunidades remanescentes de quilombo, foi constatado que a comunidade Quilombola de Bracuí é interceptada pela LT entre os vértices 110 e 109. As áreas da comunidade Quilombola Alto da Serra estão localizadas a 5,6 Km (Cameru) e 7,47 Km (Família Leite) da LT.

Considerando o disposto no Anexo I da Portaria Interministerial 60 (BRASIL, 2015) e o disposto no Edital do empreendimento (TP.GCM.A.00052.2016) o Estudo do Componente Quilombola deverá ser executado apenas na Comunidade Santa Rita do Bracuí.

6.2. Caracterização prévia da Comunidade Bracuí

6.2.1. Denominação, Localização e Formas de Acesso

O quilombo Bracuí, ou Santa Rita de Bracuí, está localizado no distrito Cunhãbebe, do município de Angra dos Reis, a 157 km da capital do estado do Rio de Janeiro. O município está na mesorregião Sul Fluminense e na Microrregião Baía da Ilha Grande. Angra dos Reis faz limite com os municípios de Bananal (SP), Cunha (SP), Mangaratiba (RJ), Paraty (RJ), Rio Claro (RJ) e São José do Barreiro (SP) (IBGE, 2008), conforme apresentado na Figura 2.

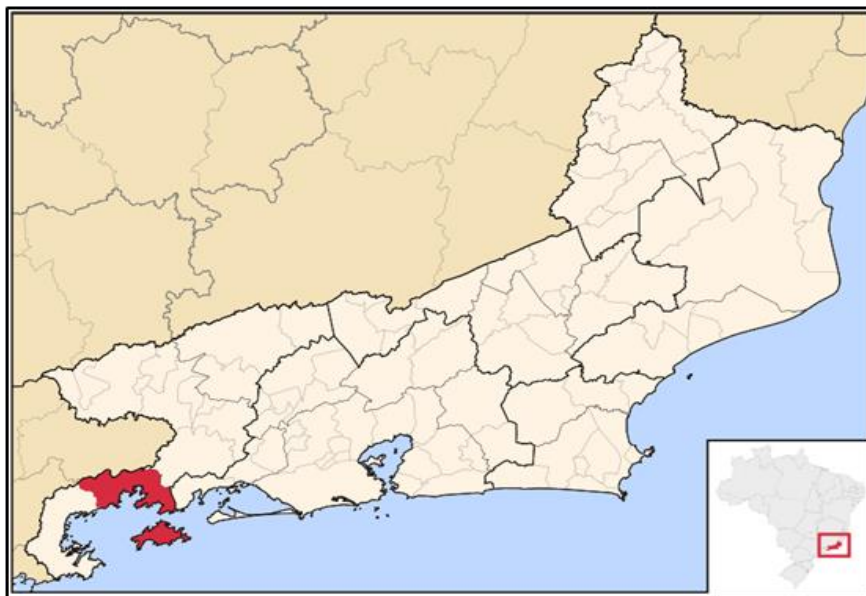


Figura 2 - Localização Município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro.

O acesso para comunidade quilombola Bracuí é realizado pela Rodovia Governador Mario Covas (BR-101), Km 115, saída para a estrada Santa Rita, no bairro Sertão do Bracuí, limítrofe com os bairros Itanema e Grataú.

A comunidade é composta por um núcleo familiar central e outros oito núcleos familiares distribuídos pelas ilhas que correspondem ao território como um todo. O seguimento principal da comunidade do Bracuí tem seus limites estabelecidos pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina e pelo Rio Bracuí.

O relevo é formado de planícies, apresentando montanhas em toda a sua extensão. O solo é composto de terra preta, barro, areia, molhado ou tabatinga (semelhante a pedra moída e húmus, feita pelo acúmulo de folhas de

bananas e com a própria banana). O clima é subtropical-úmido. A comunidade concentra a maior parte das chuvas do município pela sua localização em funil (Rosa, 2016, p. 22 e 23).

O bioma predominante na região é o de Mata Atlântica, vegetação predominante que abrange as regiões Sul, Sudeste e parte do Nordeste do país. A proximidade com a Serra do Mar, em especial com o Parque Nacional da Serra da Bocaina, evidencia ainda mais a presença da Mata Atlântica na região estudada. A mencionada Unidade de Conservação, criada em 1971, com a finalidade de proteger a vegetação da encosta da Serra do Mar, abrange cerca de 134.000 hectares.

6.2.2. Aspectos Demográficos

Não há informações específicas sobre a densidade populacional na comunidade de Santa Rita de Bracuí disponibilizadas pelo censo realizado pelo IBGE. Os dados secundários disponibilizados no site do INCRA indicam a existência de 129 famílias no período de 2015-2016. Já o último levantamento realizado pela Associação Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA) indica a existência de 150 famílias.

A densidade domiciliar em 2010, segundo estudo realizado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, indica média de 3 habitantes por unidade domiciliar na comunidade, resultando em uma estimativa populacional de 387 a 450 indivíduos que moram no território quilombola³. Dados obtidos em conversas com lideranças indica a existência de aproximadamente 300 moradores na comunidade de Bracuí.

6.3. Aspectos Sociais

6.3.1. Breve histórico da Comunidade

O relato histórico de formação do quilombo remonta à Fazenda Santa Rita de Bracuí, adquirida por José de Souza Breves em 1829. A família Breves

³ Relatório analítico e perfil socioeconômico preliminar das comunidades quilombolas e indígenas do Estado do Rio de Janeiro. Projeto de Cadastramento do CADÚNICO – 2010.

consolidou sua riqueza no século XIX, com a expansão do café, associada com a mão de obra escrava (ABBONIZIO; DE SOUZA; RAMOS, 2013).

Em meados da década de 1850, com a ratificação da proibição do tráfico negreiro pela Lei Euzébio de Queiroz e o aumento da repressão ao comércio ilegal de escravos, a Fazenda Santa Rita do Bracuí entrou em declínio. Ao longo dos anos, várias famílias de escravos, cuja permanência já estava consolidada no lugar, foram libertas, mas permaneceram no lugar enquanto agregados, trabalhando na propriedade. Tais agrupamentos familiares adquiriram o direito de acesso ao roçado, muitos dos quais anteriormente cultivados no tempo do cativo. No final do decênio de 1870, José de Souza Breves registrou em seu testamento a doação de suas terras, às pessoas que ali residiam e trabalhavam.

A fazenda, segundo seu proprietário, estaria em “lastimável estado de penúria” (TESTAMENTO 3, 1887 *apud* MATTOS, 2009). Como indica o relatório de Mattos (2009), dentre os herdeiros da fazenda Santa Rita do Bracuí, a maioria era composta por famílias de ex-escravos. Para aqueles que ainda não eram libertos, as doações das parcelas de terras foram acompanhadas de cartas de alforria (ABBONIZIO; DE SOUZA; RAMOS, 2013). Assim, com a transferência de titularidade, foi possível a construção de uma comunidade baseada nos referenciais de liberdade dos antigos roceiros livres (*idem*).

No entanto, a doação da Fazenda Santa Rita do Bracuí jamais foi oficialmente declarada aos seus destinatários. A ausência de documentos comprobatórios de tal doação facilitou uma série de transações ilegais de compra e venda de parcelas daquele território. Segundo ABBONIZIO; DE SOUZA; RAMOS (*idem*), muitos dos beneficiários do testamento de José de Souza Breves (ex-escravos) eram levados a acreditar que assinavam documentos referentes à legalização de posse, quando, na realidade assinavam a venda de suas terras a terceiros.

Quadro este que, entre meados de 1950 a 1970, desembocaria em conflitos fundiários protagonizados em períodos mais recentes. Dentre os quais se destaca a construção de um luxuoso condomínio na parte litorânea da antiga fazenda, antecedido pela expulsão violenta dos moradores, cujas casas foram incendiadas e as lavouras destruídas.

Vale ressaltar também que a parte interior da antiga fazenda, ou área do sertão, também foi alvo de inúmeras ações de grilagens, invasões, desmatamento e aliciamentos para que lotes fossem vendidos por preços irrisórios.

A transformação no modo de ocupação do município de Angra dos Reis influenciou processos internos da antiga Fazenda Santa Rita do Bracuí: seja pela especulação imobiliária incentivada pela construção de casas de veraneio; seja pelo desenvolvimento do turismo.

A construção da BR-101 (Rodovia Rio-Santos) interligando os estados de São Paulo e Rio de Janeiro tornou acessível uma região antes ocupada predominantemente por populações caiçaras, indígenas e descendentes de escravos, resultando na exploração turística. A facilidade de acesso contribuiu também pelo interesse do governo estadual, fomentando projetos de desenvolvimento como a construção das usinas nucleares de Angra I e Angra II, em 1972. Com a construção das usinas nucleares houve a desapropriação de áreas próximas sob a justificativa de possíveis acidentes ligados às usinas (BERTONCELLO, 1992).

Em meados da década de 1970 o território da fazenda Santa Rita do Bracuí passou a ser povoado também por migrantes que, conforme relataram moradores da comunidade, eram grileiros, posseiros e pessoas em busca de moradia. Devido às novas ocupações e transações comerciais regionais promovidas com a abertura da BR-101, um novo campo de disputa no entorno do território quilombola emergiu.

Segundo relato dos moradores mais antigos da comunidade Bracuí, com a BR-101 aumentou as invasões na antiga Fazenda Santa Rita, as quais são anteriores ao processo de identificação do território como remanescente de quilombo. Desde o período da ditadura militar: *“o território é invadido e as pessoas deixam seus espaços sob forte pressão para venderem suas terras e sair. Expulsaram muitos daqui dizendo que eles eram os donos. Muitas famílias saíram e foram viver no centro de Angra, no Rio de Janeiro ou em São Paulo e aqueles que ficaram tiveram que se adaptar e ir trabalhar em casas de família ou em serviços locais para sustentar suas famílias” (Dona Marilda, entrevista em 06/10/2107).*

A resistência às pressões sofridas por aqueles que permaneceram em seu território ocorreu com o resgate do jongo: dança com raízes africanas que utiliza tambore, típico em comunidades rurais. Segundo uma das entrevistadas, foi necessário resgatar a identidade quilombola para permanecer na área em que muitas famílias ocupavam a gerações: *“Chegou uma época aqui na comunidade que foi necessário o resgate da identidade quilombola através do jongo”* (Luciana, em 06/10/2017). *Ele [o jongo] que resgatou o conhecimento dos mais velhos e a transmissão de saberes para os mais novos. Com o jongo a comunidade passou a se perceber “dentro de um processo histórico e de constituição de uma identidade quilombola presente e assumida”.* (Luciana, 06/10/2017).

Entre os contrastes apresentados no histórico do território e identidade quilombola, destaca-se o próprio processo de identificação territorial, pois, com a venda de parcelas da terra e a chegada dos migrantes, toda área foi demarcada a partir de um modelo conhecido como “ilhas”. Neste modelo o território não é demarcado de forma contínua, pois perderia toda a área que está nas mãos dos chamados “estrangeiros⁴”, retardando ainda mais o processo de regularização fundiária. O histórico coletivo da comunidade mostra o entendimento de um território amplo designado como próprio dos quilombolas. No entanto a parcela identificada e declarada como quilombo é aquela onde vivem os “*de dentro*”, pessoas que são reconhecida e se reconhecem como quilombolas. Estas áreas são coincidem com as áreas de moradia e de uso das famílias/moradores mais antigas e onde é possível identificar. saberes culturalmente marcados por oposição às áreas ocupadas pelos “*de fora*” ou “*os estrangeiros*”.

6.3.2. Infraestrutura

Há um sistema de tratamento e abastecimento Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do Bracuí na área limítrofe da comunidade, mas os moradores do quilombo não são atendidos por ele. Não há, portanto, água tratada.

⁴ “Estrangeiros” é a categoria local utilizada para designar aquelas pessoas que moram dentro da área, tida como parte do território quilombola, mas que não são reconhecidos e não se reconhecem como tais.

Utilizam a água da cachoeira do Rio Bracuí dentro da comunidade, a qual é encanada e distribuída para as residências. Os moradores da fazenda Ilha I do quilombo utilizam água de um ponto mais baixo do Rio Bracuí, próximo da SAAE, os demais não.

O esgotamento sanitário se dá com fossas sépticas uni-residenciais, alguns com sumidouro, outras fossas comuns, fechadas, mas em contato com o solo. Há serviço de coleta de lixo três vezes na semana fornecido pela prefeitura municipal.

Com relação ao acesso, a estrada de Santa Rita é o único acesso para entrada e saída dos moradores da comunidade. Com aproximadamente 4 km de extensão, desde a BR 101 até seu ponto final, a estrada é predominantemente de terra. Segundo relatos coletados na comunidade, a prefeitura municipal iniciou um trecho de asfaltamento da via; entretanto, devido à falta de diálogo prévio com a comunidade, e ausência de cuidados de infraestrutura básica, como canaletas para o escoamento da água e o calçamento para passagem de pedestres, a comunidade impediu a continuidade da obra.

Não há transporte público ofertado pela prefeitura municipal na Estrada Santa Rita. A comunidade realiza o percurso de até 4 km a pé, ou por meio de caronas, até a BR 101 onde fica localizado o ponto de ônibus municipal. Não há integração entre as linhas de ônibus municipais. Muitos moradores precisam pagar mais de uma passagem para se deslocar para o trabalho ou escola de ensino médio e universidade.

6.3.3. Situação fundiária, demandas e vulnerabilidades

A partir dos dados disponibilizados no site do INCRA é possível observar se que o processo de reconhecimento do território da Comunidade Santa Rita de Bracuí foi iniciado em 2016. Atualmente, e encontra-se com RTID publicado no DOERJ em 02 de maio de 2016.

Tabela 5: Processos de certificação e regularização territorial da comunidade Quilombola Santa Rita de Bracuí, 2017.

COMUNIDADE	Nº PROCESSO NA FCP	DATA DA ABERTURA FCP	Nº PROCESSO No INCRA	SITUAÇÃO ATUAL
-------------------	---------------------------	-----------------------------	-----------------------------	-----------------------

COMUNIDADE	Nº PROCESSO NA FCP	DATA DA ABERTURA FCP	Nº PROCESSO No INCRA	SITUAÇÃO ATUAL
Santa Rita de Bracuí	01420.000103/1999-87	16/03/1999	54180.000971/2006-10	RTID

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados secundários da FCP e INCRA.

O território é composto por um segmento principal e oito segmentos “ilhas”⁵, totalizado 616,650 hectares, com aproximadamente 25 mil metros de perímetro, conforme detalhado na Tabela 6.

Tabela 6: Perímetro e dimensão territorial Quilombo Bracuí, 2016.

SEGUIMENTOS	TAMANHO DA ÁREA (HA)	PERÍMETRO (METROS)
Segmento Principal	594.1992	19.124,97
Segmento 1 - Cida	2.6484	656,53
Segmento 2 - Vera	7.9228	1.604,60
Segmento 3 - Escola	2.3925	931,89
Segmento 4 - Iolando	0.4867	314,73
Segmento 5 - Terezinha	2.4206	951,57
Segmento 6 – Manoel	5.9658	1.135,18
Segmento 7 - Cirilo	0.4930	331,87
Segmento 8 – Luiz Azevedo	0.1213	139,79
	616,650	25.191,13

Fonte: DOERJ, p. 28, do dia 02 de maio de 2016.

Os moradores do quilombo distinguem o que é o quilombo do que é o território demarcado da comunidade. O quilombo, conforme caracterizado anteriormente, inclui uma área que se estende da antiga fazenda de José de Souza Breves até a área litorânea. Entretanto, devido ao aumento do número de pessoas não quilombolas na área, a comunidade optou por desmembrar seu território original em um núcleo principal e em pequenos outros núcleos que são denominados por segmentos ou “ilhas”.

No núcleo principal também há residências de moradores não quilombolas, pessoas que compraram terras de famílias que anteriormente residiam no quilombo. Conforme relatado pelas lideranças comunitárias, os quilombolas optaram por deixar no território os moradores que adquiram tais propriedades. Para que fosse possível a coexistência do território quilombola com as casas dos “estrangeiros” foi estabelecido uma rede de caminhos (trilhas), permitindo a interligação entre as casas quilombolas. A estratégia permitiu estabelecer uma unidade, ainda que geograficamente descontínua ao

⁵ Os segmentos e/ou ilhas são os termos utilizados pelo INCRA para denominar as partes do território fragmentadas que foram segregadas para o processo de regularização do território quilombola.

território quilombola. Eles se adequaram em contornar essas casas, ampliando as trilhas interiores que os unem, sem serem incomodados com a presença daqueles que “chegaram de fora”.

Apenas sete propriedades dentro do território demarcado estão em processo de desapropriação. Duas delas já foram entregues e estão aguardando processo de desinversão. Outros cinco proprietários abriram processos judiciais para contestação da desapropriação.

Segundo os relatos dos moradores da comunidade, o processo de identificação e declaração do território pelo INCRA seria mais demorado e burocrático caso houvesse a desinversão de toda a área ocupada. Por isso, optou-se por considerar áreas não contínuas para serem demarcadas.

6.3.4. Ordenamento Territorial Municipal

As áreas de uso e a ocupação do solo no município de Angra dos Reis são reguladas legalmente por meio de leis orgânicas municipais observadas, no que couber, a legislação federal, estadual e municipal pertinente.

A Lei Orgânica n. 1.754, de 21 de dezembro de 2006 dispõe sobre o Plano Diretor Municipal de Angra dos Reis e lei orgânica n. 2.092, de 23 de janeiro de 2009 dispõe sobre o uso e ocupação do solo no município de Angra dos Reis e seus desdobramentos compõem o Plano Diretor de Angra dos Reis.

Nos dispositivos legais supracitados estão previstos 17 possíveis usos do solo, por meio de atividades de: I. Uso Residencial; II. Uso de Camping; III. Uso de Prestação de Serviços; IV. Atividade Comercial; V. Atividade Institucional; VI. Atividade Religiosa; VII. Uso de Saúde; VIII. Atividade Educacional; IX. Uso de Motéis; X. Atividade Recreacional; XI. Atividades Agrícolas e Pecuárias; XII. Uso Especial Veicular; XIII - Serviços Especiais; XIV. Atividade Turística; XV. Atividade Industrial; XVI. Atividade de Marina; e XVII. Extração Mineral.

Conforme definição conceitual, as Macrozonas são definidas como “divisões do município em grandes unidades territoriais que fixam os princípios fundamentais de uso e ocupação do solo, em concordância com as estratégias definidas neste plano diretor participativo”. São Zonas Residenciais (ZR); Zonas Comerciais (ZC); Zonas de interesses Turísticos (ZIT); Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); Zonas Especiais de Interesse Ambiental, Turístico e

de Ocupação Controlada (ZEIATOC); Zonas de Interesse Ambiental de Proteção (ZIAP); Zona Especial do Centro Histórico (ZECHAR); Zonas Rural de Desenvolvimento Especial (ZORDE); Zonas de Interesse Ambiental de Ocupação Coletiva (ZAOC); Zona de Interesse Ambiental e de Ocupação Coletiva do Centro (ZAOCC); Zonas de Utilização Especial Pública (ZUEP).

O território da Comunidade de Bracuí está dividido em 3 Zonas de Usos principais, conforme observado na Figura 3.

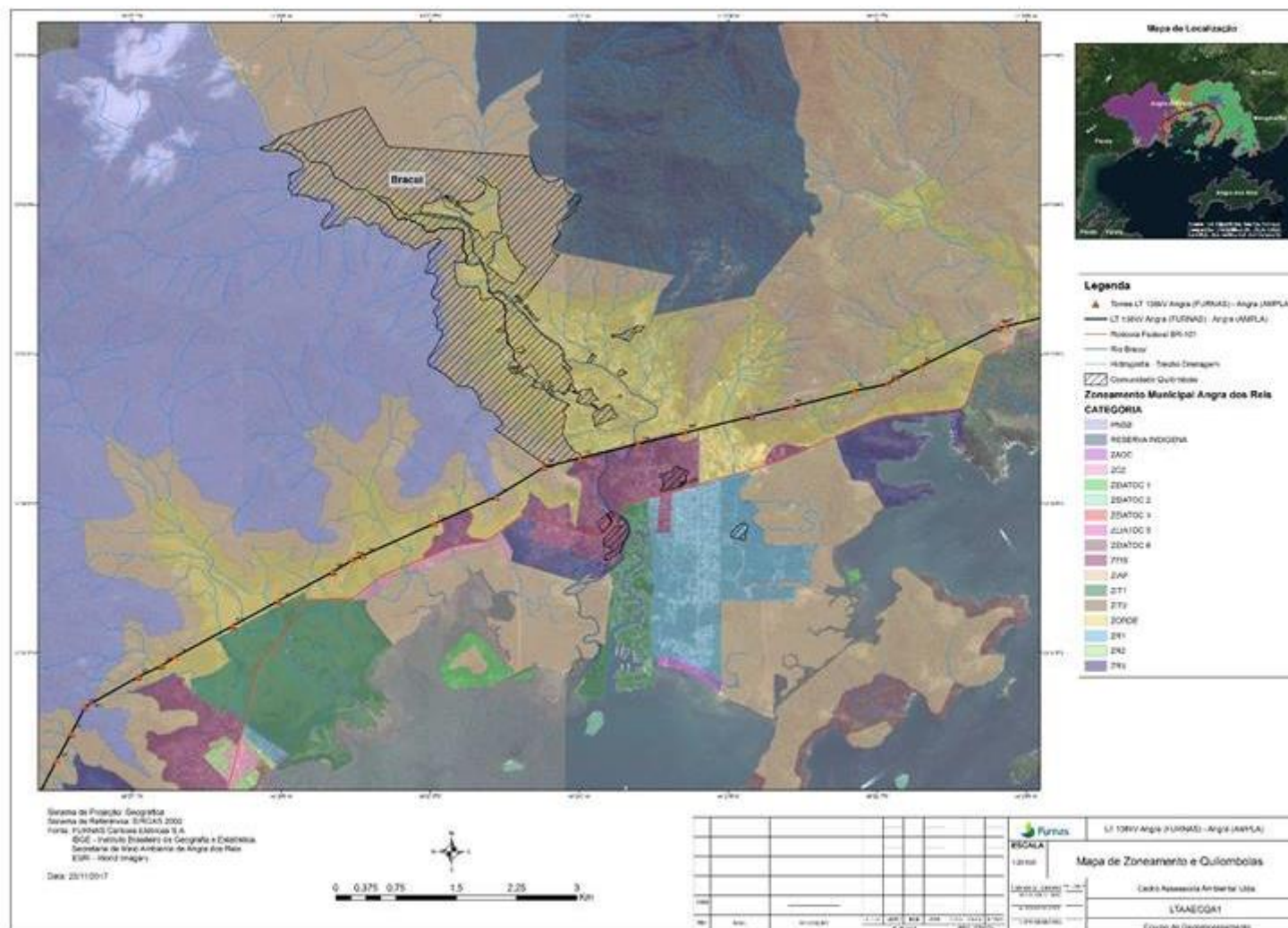


Figura 3 - Mapa do Território Quilombola Bracuí e Zoneamento Municipal. Angra dos Reis, 2017.

I) Zonas Rural de Desenvolvimento Especial (ZORDE): para as áreas de desenvolvimento especial, são regidos apenas parâmetros urbanísticos, como taxa de ocupação das residenciais (5% do centro), altura máxima das edificações (8 metros); número máximo de pavimentos (2), afastamento frontal mínimo de 10 metros. Para as hospedagens os parâmetros urbanísticos são unidades habitacionais com 20 m² (pousadas) e hotéis: 25m² (hotéis); e o máximo de 25 unidades habitacionais por estabelecimento.

A área da comunidade de Santa Rita do Bracuí localizada na ZORDE são as áreas de seguimentos (ilhas) localizadas ao norte do Rio Bracuí e parte do seguimento principal.

II) Zonas de Interesse Ambiental de Proteção (ZIAP): são consideradas não edificantes para efeito desta lei, salvo quando instituída Unidade de Conservação da Natureza, que deverá dispor os critérios específicos de uso e ocupação das respectivas áreas através de plano de manejo. Na ZIAP poderá haver visitação pública de cunho educativo e contemplativo, desde que condizente com o plano de manejo da unidade e poderá ser instituída taxa de visitação, que deverá ser revertida para a manutenção da unidade. Os empreendimentos situados em áreas que se limitam com as ZIAP deverão possuir critérios rígidos de ocupação e uso estabelecidos em Plano de Manejo apropriado e deverão se responsabilizar pela manutenção das áreas das ZIAP vizinhas, podendo para tal, estabelecer critérios de uso conforme os estabelecidos para as categorias de uso de proteção integral pertencentes ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação ou adotar a título de obrigação, a aquisição de cotas de responsabilidades pela guarda e manutenção de ecossistemas municipais estabelecidos pelo Poder Público Municipal, o que será objeto de regulamentação.

A área da comunidade localizada na ZIAP está localizada no seguimento principal na estrada Santa Rita, ao sul do Rio Bracuí, e na área limítrofe com o Parque Nacional da Serra da Bocaina.

III) Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); Os critérios urbanísticos das ZEIS deverão ser estabelecidos por Decreto do Executivo Municipal, previamente definido conforme estudos técnicos específicos

elaborados em função das características, e com participação do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. O Decreto Municipal 9.260, de 04 de abril de 2014, estabelece as diretrizes para o uso e ocupação da ZEIS 22, da Área de Microzoneamento (AMIZ) do Parque Mambucaba; Não há decreto executivo publicado para as ZEIS 07 e 14 onde estão localizados seguimentos menores do território quilombola do Bracuí que estão próximos da BR -101 (seguimento da escola quilombola e residenciais). Na ausência do Decretos Municipais, a Lei Orgânica 2.092/2009 estabelece que ficarão submetidas aos seguintes índices provisórios: 1) Taxa de Ocupação (TO) de no máximo 80%; 2) altura máxima das edificações: 8 metros; 3) número máximo de pavimentos: 2 (dois); 4) Afastamento frontal mínimo: 1,50m; 5) Módulo de Parcelamento do Solo: M1.

A implantação em ZEIS de projetos de intervenção viária, projetos habitacionais, e outras intervenções urbanísticas que promovam significativo impacto social deverão ter análise prévia do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. As intervenções deverão considerar a adequação viária para a circulação de veículos destinados aos serviços públicos e atendimentos de emergência. No caso de remanejamentos de famílias em situação de risco, deverá sempre ser priorizada a transferência para áreas mais próximas da situação original, desde que adequadamente dotadas de infraestrutura e serviços urbanos e sob o atendimento de programas habitacionais.

O zoneamento municipal no território quilombola resulta em limites de extensão territorial para além das áreas já consolidadas com moradias e sistemas agroflorestal.

Observou-se em campo que as áreas da ZIAPs permanecem florestadas com vegetação nativa, em acordo com o planejamento territorial. As residências da comunidade estão localizadas na ZORDE.

As residências, em sua maioria, estão de acordo com o estabelecido no ordenamento territorial, sendo necessário apenas ajustar afastamento frontal, mínimo de 10 metros. Uma significativa quantidade de residências ao longo da Estrada Santa Rita não atendem essa exigência.

A escola da comunidade, um trecho da Estrada Santa Rita (trecho da LT Angra – Angra até a BR-101) e mais dois fragmentos ilhas estão localizados na ZEIS.

Tendo em vista que ainda não há decreto executivo municipal sobre as regularizações dos usos possíveis no território, as intervenções urbanísticas de significativo impacto social deverão ter análise prévia do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente.

6.3.5. Demandas e Vulnerabilidades

O crescimento desordenado da população e o avanço de casas dentro das áreas ambientais ao longo de todo o município constituem uma das principais vulnerabilidades sociais e ambientais. Além do avanço descontrolado para essas áreas, há também a presença de um contínuo crescimento de condomínios habitacionais e especulações imobiliárias na região.

Outra preocupação recorrente apresentada pela comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí é o avanço do bairro do Movimento dos Sem Terra com aproximadamente 02 mil pessoas que vivem em situações consideradas precárias. Os moradores da comunidade Bracuí, enxergam uma correlação entre o mencionado bairro e os óbitos derivados de brigas e assaltos nas proximidades da terra quilombola. Neste sentido, parece haver pontos de tensão entre quilombolas e o Bairro do Movimento dos Sem Terra.

A comunidade destaca o descaso do Poder Público municipal em contribuir para o ordenamento espacial e ambiental da região. O principal ponto elencado é o avanço para as áreas de preservação, da poluição dos rios e da violência. Segundo um dos moradores:

“são modos de vida completamente distintos da forma que vivemos e preservamos nosso território, sentimos ameaçados constantemente com a entrada e saída de pessoas em nosso território, pois a área da comunidade é composta por floresta nativa, hortas e casas familiares espaçadas e interligadas por trilhas. Aqueles que aqui chegam, trazem consigo o desmatamento, os muros e não respeitam o nosso rio”. (Valdir de Almeida realizada em 10/10/2017).

Outro ponto abordado é a estrada que interliga o centro da comunidade à BR-101, principal acesso à comunidade. Segundo os moradores:

“há poucas manilhas na estrada de terra e abaixo da rodovia para passar a água das chuvas e da vazante do rio. Quando chove muito, o

volume de água que desce é muito grande e com o crescimento desordenado, com a poluição e descaso do governo, nós ficamos sem muita saída em nosso próprio território”. ((Valdir de Almeida, 10/10/2017).

Os moradores questionam a falta de investimento do Governo Federal para responder às expectativas e demandas sobre a necessidade de reconstruir a rede de saneamento básico e realizar melhorias na estrada de acesso à comunidade.

Há na fala dos moradores um questionamento sobre o que consideram um descaso constante dos órgãos governamentais para implantação de políticas públicas. Observou-se durante a reunião de apresentação que os moradores do quilombo não distinguem com clareza as empresas de FURNAS e a Eletronuclear. Da mesma forma, há uma confusão em compreender quais seriam as atribuições que cabem a cada empresa e do poder público. Por este motivo, durante a oficina para discussão da matriz de impacto, realizada no dia 09/10/2017, houve uma preocupação em esclarecer estas atribuições para que os impactos, programas e medidas fossem restritos exclusivamente às ações decorrentes da reconstrução da LT.

6.3.6. Saúde

Não é difícil reconhecer nos jardins das casas ou entre os caminhos que interligam um quintal ao outro a variedade de plantas medicinais existentes. É de conhecimento comum o uso de diversas espécies de plantas para o tratamento de enfermidades, tais como dor de barriga, dores, enjoo ou gripes. Segundo algumas mulheres, sempre há quem prepare um chá para ajudar quem precise. Ou seja, a medicina tradicional apresenta-se entre as práticas populares de meios de tratamentos da comunidade quilombola do Bracuí.

Além da medicina tradicional, o atendimento a saúde quilombola é realizado na Unidade Básica de Saúde (UBS) Posto de Saúde Bracuhy, localizado na estrada Rio Santos, km 115 s/n no bairro Bracuhy. A comunidade

também é atendida por duas agentes de saúde e os centros de atendimento especializados localizados na área central do município.

Entre as principais causas de internação e mortalidade indicada pela agente de saúde estão os acidentes e atropelamentos na rodovia Rio – Santos (BR-101); doenças cardiovasculares; tuberculose; e pressão alta. Especificamente para a população quilombola também é recorrente a hepatite “A”. A quantidade de óbitos resultantes de brigas e assaltos também é significativa no bairro, mas estão mais associadas aos novos moradores residentes no Condomínio Habitacional e nas áreas de assentamentos.

Outras doenças menos graves, mas recorrentes, são as verminoses, doenças de pele e problemas estomacais devido à ausência de saneamento básico e de água tratada. Uma moradora da comunidade⁶ entrevistada destaca a existência de casos de Hanseníase na comunidade. Embora o tratamento seja simples, a dificuldade para erradicação está associada à demora do diagnóstico médico. Segundo a entrevistada existe uma resistência por parte da equipe médica para reconhecer que existem casos desta doença na comunidade. A ausência de diagnóstico gera falha na avaliação e estatísticas sobre a saúde pública local, como é o caso da HIV. Quando há óbitos de pessoas portadoras do HIV, as mortes registradas estão associadas à doença final, como tuberculose, e desta forma perde-se o registro do número de pessoas portadoras da HIV.

Sobre o atendimento no posto de saúde do município, foi relatado que há possibilidades de consulta para algumas especialidades, tais como ginecologia, pediatria e clínica geral. Em casos de acompanhamento de gestantes, por exemplo, ou de casos mais graves, normalmente os atendimentos acontecem no Hospital Geral de Japuíba, um bairro próximo. E, no caso da realização de exames laboratoriais, estes são encaminhados para o Hospital Geral de Japuíba ou para o hospital da Praia Brava, que também recebe pessoas de Paraty/RJ.

Destacaram a necessidade de unidades de mais dois postos para atendimento na própria comunidade e a necessidade de agentes de saúde quilombolas para atender os casos da comunidade.

⁶ A entrevistada pediu para que seu nome não fosse divulgado. Consideramos seu relato devido a relevância de sua fala sobre o tema.

6.3.7. Educação.

É importante ressaltar que todo o processo de afirmação identitária no Quilombo Santa Rita do Bracuí envolve um processo de educação popular como a ferramenta principal. As características culturais da comunidade são destacadas dentro de um movimento político mediante o forte protagonismo comunitário de luta por seu território.

Neste sentido, não é possível descrever a educação somente nos moldes característicos do Estado. Em primeiro plano, o sentido de educação popular atribuído ao caso da comunidade Santa Rita do Bracuí pode ser entendido como processo geral de reconstrução do saber social, necessário como parte da educação da comunidade, e caracterizado por um trabalho político de luta por transformações sociais. Em um segundo momento, há um processo formativo político e de afirmações culturais a partir de novos desafios para a comunidade, que é a escola reconhecida pela prefeitura de Angra dos Reis como uma escola quilombola.

A Escola Municipal Aurea Pires da Gama atende cerca de 620 alunos do 5º ao 9º período do Ensino Fundamental nos três turnos (manhã, tarde e noite); destes, apenas 10% pertencem à comunidade quilombola; os demais residem nos bairros próximos ou no entorno da comunidade. A escola possui Ensino para Jovens e Adultos (EJA) no período noturno e atende cerca de 15 alunos da comunidade de um total de 70 alunos matriculados regularmente.

Em diálogo com representantes da educação e de acordo com as Diretrizes Curriculares Quilombolas (BRASIL, 2011), o fato de a escola estar situada naquele território exigiria que ela fosse considerada uma “escola quilombola”. Conseqüentemente, a escola deveria elaborar um projeto político pedagógico diferenciado, de maneira a garantir aos estudantes o direito de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção, contribuindo para reconhecimento identitário e a valorização e continuidade. Outro desafio é a formação de professores quilombolas para que respondam às Diretrizes político-pedagógicas específicas. Segundo representantes da educação na escola, realizaram reuniões com a Secretaria de Educação de Angra dos Reis a fim de apresentarem a reorganização de seus PPP (Projetos

Políticos Pedagógicos) que respondessem as demandas interiores da escola e da comunidade.

De acordo com membros da comunidade, desde 2015 a ARQUISABRA realiza diversos encontros e muita pressão junto a seus parceiros das universidades, da administração municipal e de organizações sociais para obter uma escola quilombola. Foram agendadas reuniões para outubro de 2017 com a SECT (Secretaria Municipal de Educação) e PMAR (Prefeitura Municipal de Angra dos Reis) para apresentarem seus PPP.

Acerca da educação superior, alguns quilombolas possuem curso superior com formação na escola rural, ecologia e pedagogia. A principal dificuldade apresentada é o custo do transporte público que inviabiliza os jovens de cursarem universidade ou curso técnico.



Figura 4 - Escola Municipal Aurea Pires da Gama. Angra dos Reis, 2017.
Fonte: Cedro Ambiental.

6.4. Mapeamento de atividades e empreendimentos

Há quatro Linhas de Transmissão de energia que atravessam a área do território quilombola. Três delas passam na área limítrofe do território quilombola Santa Rita do Bracuí, demarcado pelo INCRA. São duas LTs de 500 kV (Angra - Zona Oeste e Angra - São José) e uma LT de 138 kV Angra-Angra. Abaixo da área dessas três LTs está localizada a Estrada Santa Rita (único acesso para a comunidade), que coincide com encontro do Restaurante e pousada denominado “70% Roça”. O Restaurante pertence a uma descendente do quilombo, mas que optou por ficar fora do território demarcado pelo INCRA. Bem próxima dessa área está localizada a Igreja Batista Apostólica Vale das Bênçãos.

A outra LT de 500 kV, Angra - Cachoeira Paulista, intersecta boa parte do território quilombola. Uma das torres está próxima da Igreja Católica de Santa Rita e de áreas de lazer utilizada pela comunidade, como a cachoeira do Rio Bracuí, um bar e o pátio da igreja católica, onde são realizados os encontros da comunidade quilombola.

Na estrada de acesso à comunidade, há duas unidades de Serviço Autônomo de Água e Esgoto SAAE Bracuhy e Porto Bracuí. Sendo uma delas exclusiva para atendimento do Condomínio Geral do Bracuhy (CGB) por meio de um Termo de Cooperação Técnica. Além da presença de pousada e pequenos comércios (bares e vendinhas) ao longo da estrada principal de acesso.

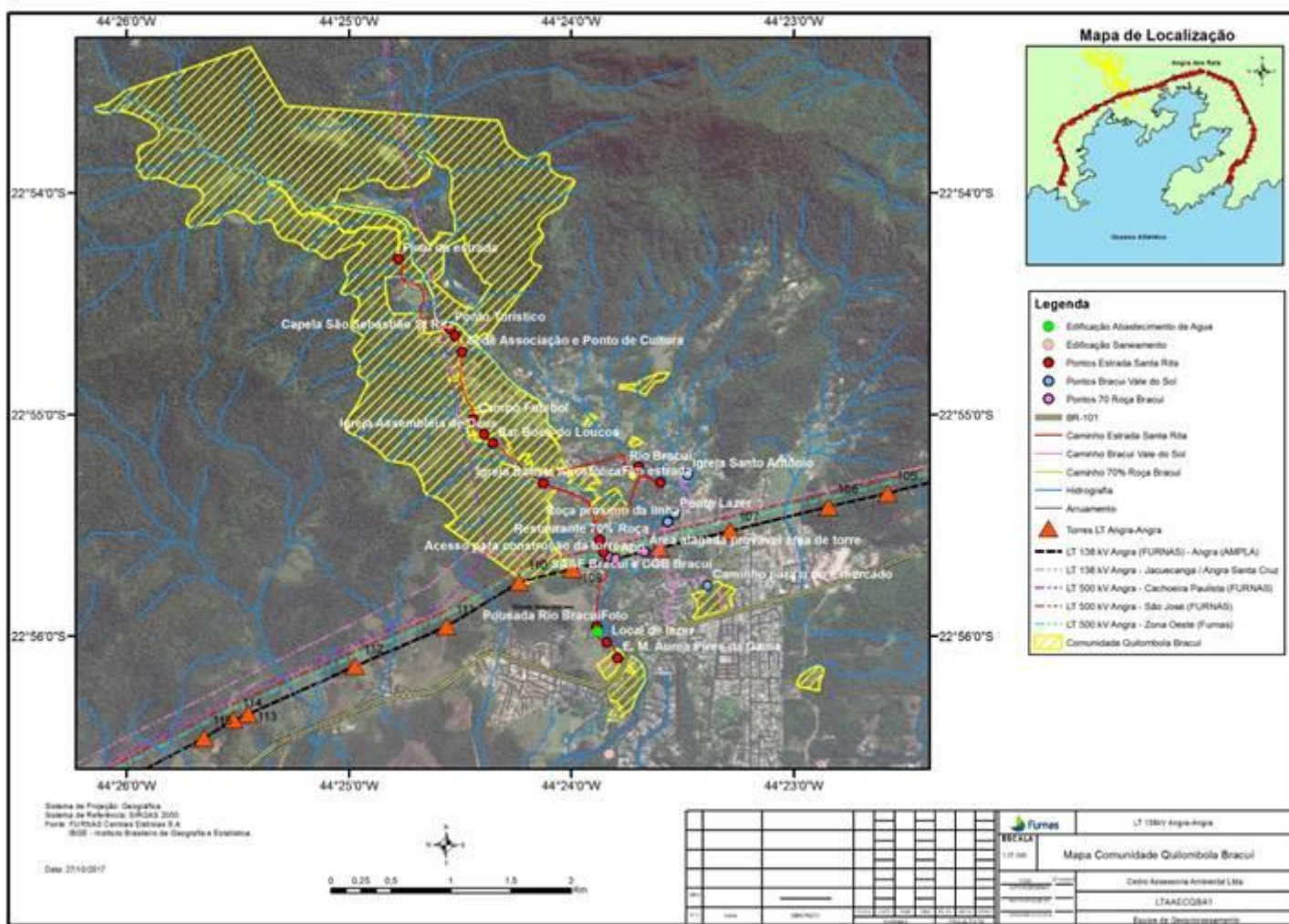


Figura 5 - Mapa com as áreas de uso e empreendimentos localizados na comunidade quilombola Bracuí. Angra dos Reis, 2017. **Fonte:** Cedro Ambiental com base nas informações de campo e INCRA, 2017.

6.5. Caracterização da Ocupação Atual

De acordo com o etnomapa é possível compreender o uso feito do território pelos quilombolas e também é possível identificar e caracterizar um pouco da organização espacial e das relações estabelecidas pelas famílias em seu interior.

A estrada Santa Rita é o principal meio de acesso a toda área da comunidade, bem como ao centro comunitário; a estrada é o que liga toda a comunidade à rodovia BR-101, dando acesso para a escola, para os hospitais e aos municípios (Angra dos Reis e Paraty). Ao longo da estrada é possível visualizar um contínuo de casas que em sua maioria são de alvenaria e são distribuídas ao longo de toda a estrada. Muitas casas possuem amplos quintais repletos com árvores nativas apresentando áreas preservadas. Segundo os relatos, os descendentes dos quilombolas mais antigos herdaram lotes amplos com até 01 a 02 alqueires de área total; outros, entretanto, sobretudo as gerações mais novas e as que já se casaram, vivem em áreas menores, compartilhadas, e estão dispostas umas ao lado das outras. Tais áreas estão localizadas ao longo da estrada, até os limites da cachoeira. As áreas são interligadas umas às outras, permitindo a continuidade espacial entre as famílias. Os espaços são conectados entre si pelas casas dos moradores da comunidade representadas pelos pontos espalhados na figura abaixo e permitem a continuidade entre as áreas domésticas, áreas de roçado e floresta nativa.

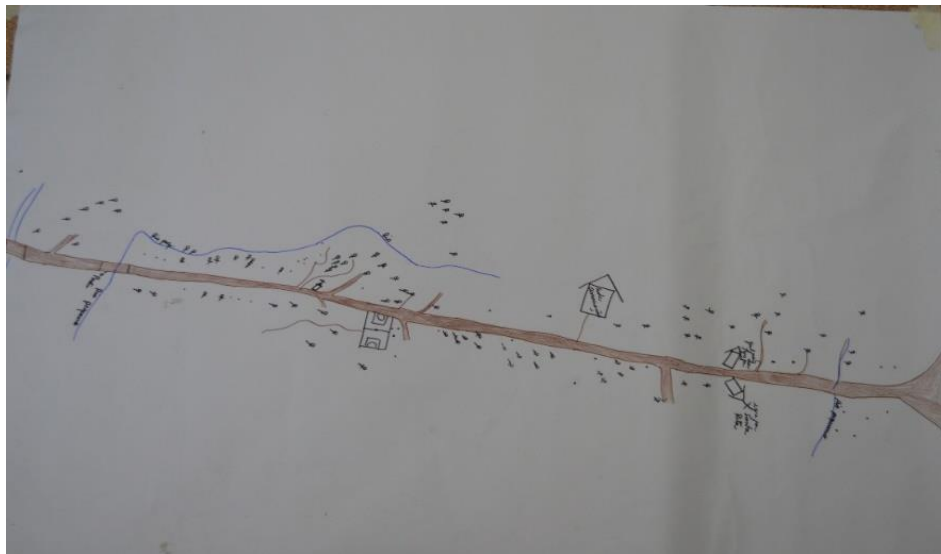


Figura 6- Estrada Santa Rita, na parte interna da comunidade quilombola do Bracuí. Angra dos Reis, 2017. **Fonte:** Cedro Ambiental.

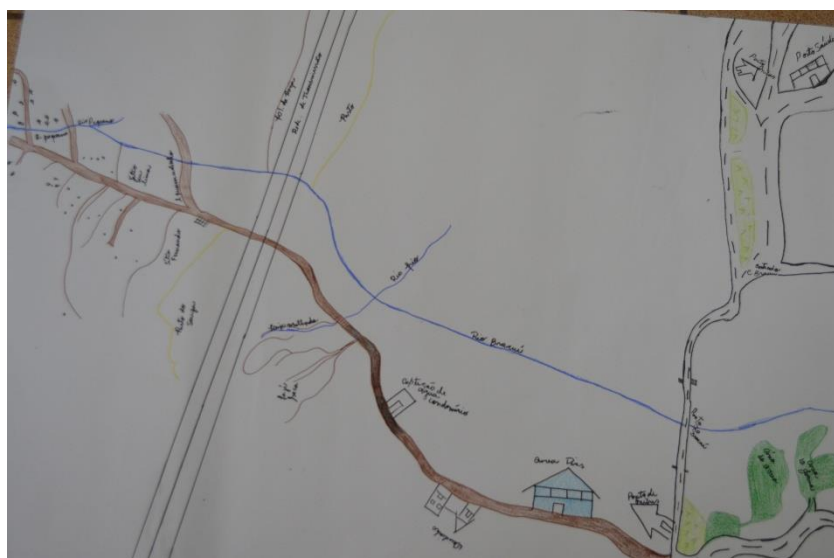


Figura 7- Estrada Santa Rita, interligando a comunidade à rodovia BR-101. Angra dos Reis, 2017. **Fonte:** Cedro Ambiental.

Entre as casas há vários corpos hídricos (como representados na Figura 7), principalmente nascentes que desembocarão no rio Bracuí (Figura 8). Tais nascentes brotam e abastecem toda a rede de água potável utilizada pela comunidade. É importante observar que ao longo do trecho cortado pela estrada, seguindo para o interior da comunidade, apenas alguns pontos que estão à margem da estrada tiveram os seus terrenos vendidos pelos antigos proprietários. A grande maioria, no entanto, constitui um aglomerado cuja

distribuição espacial mais se assemelha a um mosaico aproximando parentes quilombolas entre si.



Figura 8: Vista do Rio Bracuí na entrada da Comunidade Quilombola Bracuí. Angra dos Reis, 2017. **Fonte:** Cedro Ambiental.

A distribuição espacial no território ocorre por meio de organização de famílias extensas, a partir das relações consanguíneas e de afinidade estabelecidas com casamentos entre parentes (primos cruzados) ou parentes distantes.

Os limites do quilombo trazem histórias de luta e resistência daqueles que ficaram ou “estão dentro” em relação aos que “estão fora”. Essa expressão é utilizada nos discursos daqueles que vivem no quilombo para contar suas lembranças na luta por sua terra e destacam a diferença daqueles que estão do outro lado do limite e são compreendidos como ameaça à tranquilidade da comunidade. Os limites de território expressos na fala dos quilombolas marcam uma afirmação identitária daqueles que sobrevivem na terra, e que associam o território à conquista da liberdade pelos mais antigos. As lembranças, as histórias, as famílias que enraízam a sobrevivência e os costumes dos caminhos que foram trilhados ao longo da vida de cada entrevistado retomam o resgate do jongo e da expressão cultural aos festejos da comunidade. Conforme dizem, “não é apenas uma estrada, é a estrada da nossa história, do caminho de nossas vidas”. Assim, entre um percurso que liga uma casa a outra, ou por todas as casas visitadas, é possível avistar criações de diversos bichos (galinhas, em sua maioria; patos e porcos) e há plantações de várias culturas: jaboticaba, mandioca, milho, cará, mamão, palmito juçara, couve,

pupunha, açaí da Mata Atlântica, pitanga, acerola, goiaba, banana, jiló, quiabo, feijão, entre outras. Há também plantios de espécies ornamentais próprias do bioma Mata Atlântica e presentes nos caminhos entre um quintal e outro. Todos os caminhos remetem às práticas diárias da comunidade que vive de maneira tradicional, se adequando às mudanças pela luta da sobrevivência diária.

A área de uso familiar da comunidade envolve práticas associadas às relações de parentesco, como para trocas, favores e doações de alimentos, assim como outras atividades comunitárias.

As práticas culturais, por exemplo, são realizadas na área central da comunidade onde estão localizados o barracão comunitário e a Igreja de Santa Rita. Nestes espaços são realizados festejos religiosos que rememoram o tempo dos antigos, como o jongo, a quadrilha, o dia de Reis. É no centro da comunidade que durante as novenas que a imagem de Santa Rita, padroeira do lugar, circula entre as casas. Outras festas, não religiosas, também ocorrem no centro comunitário, como é o caso dos bailes de forró (Figura 9).



Figura 9 - Capela Santa Rita do Bracuí e Barração onde foi realizada a Reunião Informativa, com presença de representantes de FURNAS, Fundação Palmares e Cedro Ambiental. Angra dos Reis, 2017. **Fonte:** Cedro Ambiental.

O território e o uso de seus recursos não é apenas o local de morada, é o local do festejo, da fé, das lembranças, da história e de luta. “*O território traz consigo as lembranças de outro tempo e a superação de todos os desafios para o novo tempo na luta diária e contínua da criação de seus filhos, da transmissão das histórias dos mais velhos; é onde se faz a vida; é onde ela acontece*” (roda de conversa entre Dona Marilda, seu esposo e Luciana, em 06/10/2017).

Há também áreas para o lazer como “o campo de futebol e das peladas que faz a união da moçada, lá junto das cachoeiras e ao rio, áreas verdes onde podem caminhar entre uma casa e outra das comadres” (Valmir, 06/10/2017).

A antiga casa da associação comunitária (Figura 10) também foi considerada importante, pois, embora em desuso atualmente, devido à queda de uma das lajes e por falta de recursos, já foi o espaço utilizado para as reuniões da Associação Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA). No local eram realizados alguns festejos promovidos para a comunidade, como a dança de Jongo.



Figura 10 - Antiga sede da Associação Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA). Angra dos Reis, 2017. **Fonte:** Cedro Ambiental.

Na comunidade há um Memorial (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) com quadros nos quais estão o nome de todos antepassados escravos, marcando a história do lugar. Esse memorial localiza-se no quintal da presidente da Associação ARQUISABRA e é aberto para visitantes (normalmente escolas e universidades) conhecerem um pouco da história do quilombo.



Figura 11: A presidente da Associação ao lado do mural histórico e quadro com nome de todos ex-escravos identificados no município de Angra dos Reis. **Fonte:** Cedro Ambiental.

De acordo com os relatos das lideranças da Associação, a comunidade tem passado por transformações. Uma delas é o aumento da violência, relacionada ao maior número de pessoas de fora da comunidade transitando pelos caminhos de interligação entre as casas e as áreas de uso dos moradores. Parte deste trânsito se dá em decorrência da atividade turística, nas trilhas pela mata nativa.

O turismo, assim como outras atividades econômicas tem transformado o modo de vida tradicional. Talvez uma das mudanças mais expressivas seja a redução do número de pessoas que vivem da agricultura e o aumento do número de trabalhadores assalariados. A procura por empregos (nos bairros próximos, nos condomínios, nas usinas ou no comércio do município de Angra dos Reis) faz com que as pessoas saiam diariamente da comunidade. Este fato aumenta a importância da estrada que liga a comunidade ao município para os moradores do quilombo.

A ideia de um “novo tempo” é associada ao tempo da liberdade, por oposição ao cativeiro da escravidão, presente no imaginário da identidade quilombola. Como se evidenciou no histórico da comunidade, o quilombo foi, ao

longo das décadas, alvo de inúmeras violências, sobretudo simbólicas e econômicas. Uma delas foi à especulação imobiliária exercida sobre o território, culminando na saída de vários moradores e na construção de empreendimentos turísticos em áreas próximas. Ao mesmo tempo, comunidades rurais não raramente estão a margem de políticas públicas voltadas às suas necessidades básicas (saneamento, mobilidade, desenvolvimento econômico, etc.) Por este motivo, o tempo da liberdade trouxe também os desafios de inclusão social junto a sociedade brasileira e as políticas públicas.

6.6. Atividades Econômicas e práticas produtivas

Embora na Comunidade de Santa Rita do Bracuí existam pequenas hortas e plantações no entorno de suas casas, somente alguns moradores trabalham com a agricultura familiar e com produtos orgânicos certificados.

A comunidade quilombola participa do projeto PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – é realizado em parceria com o Sebrae e Prefeitura Municipal e outras associações comunitárias de Angra dos Reis. A participação no projeto PAIS possibilita a comunidade ter acesso a capacitações e assistências técnica sobre as formas produtivas de cultivo de orgânicos, acesso a certificação dos produtos da comunidade, e venda dos produtos direto ao produtor, com maior valor agregado. A produção é vendida na feira pública realizada aos sábados na praça localizada em frente à Secretaria Executiva de Cultura e Patrimônio Histórico de Angra dos Reis. Os agricultores não participam do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) devido à ausência da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e a exigência de produção em grande escala para o abastecimento de toda a rede de escolas públicas municipais. O PNAE oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar, para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na

compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.



Figura 12- Banca de produtos orgânicos oferecidos por representantes quilombolas cadastrados no município de Angra dos Reis/RJ, 2017. **Fonte:** Cedro Ambiental.

Os principais produtos provenientes da lavoura temporária (sazonal) cultivados em Santa Rita do Bracuí são a mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar e hortaliças em geral. Na lavoura permanente destaca-se a produção de banana (principalmente), café, e frutas como jaboticaba, manga e acerola. Na atividade extrativista trabalham principalmente com os palmitos de pupunha e juçara. A atividade de pesca é realizada ocasionalmente, para consumo familiar.

Nas entrevistas realizadas, cerca de 10 famílias tem a agricultura familiar como fonte de renda, as demais famílias garantem seu sustento em empregos em casas de veraneios, redes hoteleiras, em construção civil, no setor público, nos estaleiros. A comunidade também identifica que uma parcela menos significativa da população trabalha na “Usina”⁷. Ou seja, a maioria da população em idade produtiva está no mercado informal, poucas famílias possuem emprego formalizado como a principal fonte de renda familiar.

⁷ Conforme informado anteriormente, a comunidade tem grande dificuldade de diferenciar a empresa Furnas da empresa Eletronuclear. A produção, transmissão e distribuição de energia são percebidas pela população local como uma atividade única. Na perspectiva local, a atividade geradora de energia é responsável pelas imponentes torres de energia que estão no território quilombola e no seu entorno. Foram relatadas várias reclamações sobre o valor da energia, como algo de competência, ora da Eletronuclear, ora de FURNAS.

Entre as pessoas ocupadas no ano de referência do censo do IBGE (2010) no município de Angra dos Reis declarantes como parda ou negra (6.593 pessoas), 88,8% informaram que trabalham por conta própria, 4,8% eram empregadores e 6,3% empregados, conforme observado na Tabela 7.

Tabela 7- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência segundo sua cor e ocupação. Angra dos Reis, 2010.

	Conta Própria	Empregadores	Empregados	
			Próprio consumo	Não remunerados
Parda	4.932	285	159	208
Preta	927	33	-	49

Fonte: IBGE, 2010

Com relação aos rendimentos recebidos pela população auto declarante como parda e preta no município de Angra dos Reis (78.498 pessoas), observa-se que 30,9% recebem mensalmente de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo por mês. A segunda fração mais significativa recebe de 1 a 2 salários mínimos por mês (25,8%), seguido pelas pessoas que recebem de $\frac{1}{8}$ até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês (21,3%), conforme pode ser observado na **Tabela 8**.

Tabela 8- Pessoas residentes em domicílios particulares, segundo cor ou raça e rendimentos (salário mínimo). Angra dos Reis, 2010.

	Sem rendimento	Até $\frac{1}{8}$	$\frac{1}{8}$ a $\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$ a 1	1 a 2	2 a 3	> 3
Parda	3.397	1.208	14.292	20.086	17.224	5.165	4.892
Preta	532	76	2.465	4.165	3.047	1.098	851

Fonte: Elaborado pelas autoras, por meio dos dados IBGE 2010.

Sobre outras formas de renda, as lideranças comunitárias informaram que mais da metade dos moradores da comunidade quilombola do Bracuí é cadastrada no Cadastro Único (CADÚNICO) e recebem benefícios sociais como o Bolsa Família. O CADÚNICO está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e tem como objetivo ser um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

Desde 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo utilizado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, entre outros (Ministério do Desenvolvimento Social, 2015).

Em 2010 foram cadastradas 119 famílias (362 pessoas) no CADÚNICO na comunidade quilombola do Bracuí, por meio do Projeto de Cadastramento das Populações Indígenas e Quilombolas em 12 municípios do estado do Rio de Janeiro, realizado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH do Rio de Janeiro.

A amostra preliminar do perfil das 119 famílias cadastradas indica o perfil preliminar das condições socioeconômicas da comunidade, com destaque para 1) documentos civis ausentes; 2) não saber ler e escrever; e 3) não ter trabalhado nos últimos 12 meses, conforme observado na Tabela 9.

Tabela 9 - Perfil Socioeconômico das famílias da Comunidade Quilombola Bracuí. Cadastro Único. SEASDH. Rio de Janeiro, 2010.

	Famílias Cadastradas CADÚNICO	Documentos Ausentes			Não saber ler e escrever	Não trabalhou nos últimos 12 meses
		T.Eleitor	CPF	RG		
Comunidade						
Santa Rita do Bracuí	119	29	10	12	7	57
%	100%	24%	8%	10%	6%	48%

Fonte: SEASDH, Rio de Janeiro. 2010.

Embora haja um número significativo de famílias cadastradas no CADÚNICO observou-se em campo a ausência de conhecimento e de acesso de políticas públicas, como, por exemplo, a Tarifa Social de Energia Elétrica. Foram relatadas muitas queixas relacionadas às altas taxas da tarifa de energia. As lideranças comunitárias não tinham conhecimento sobre a política pública que disponibiliza para famílias indígenas e quilombolas até 100% de desconto nos 50 kWh/mês, conforme previsto na lei 12.212/2010.

6.7. Aspectos gerais do Fortalecimento Institucional da Comunidade

Atualmente a Associação Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA) é a principal instituição que representa os moradores do quilombo. Fundada formalmente em abril de 2006, está sediada na Estrada Santa Rita, S/N, Santa Rita Do Bracuí, Angra Dos Reis. Os membros da associação são predominantemente jovens e mulheres. Nos últimos dez anos a instituição conseguiu realizar importantes parcerias com a prefeitura municipal, SEBRAE, Universidades e acessar recursos para projetos como Ponto de Cultura e Projeto e recursos não reembolsáveis do Banco do Brasil.

Conforme relatos registrados no CADUNICO, a *“Associação dos Remanescentes do Quilombo de Santa Rita do Bracuí tem fortes vínculos com sua comunidade, desenvolvendo inúmeros projetos. A ação tem garantido a participação de jovens nas oficinas de jongo, a reorganização da Folia de Reis e do Divino, que há muito tempo não era realizada na comunidade. Há a formação de uma Banda de samba-reggae, participação de jovens da comunidade em outras organizações, intercâmbios com outros quilombos, parcerias com Universidades Públicas e Secretaria Municipal de Educação”*.

A articulação política entre as lideranças busca incentivar o fortalecimento da comunidade e a proteção de suas terras frente às ameaças ou aos interesses que podem colocar em risco a sustentabilidade e o meio ambiente da comunidade. Segundo registros do CADUNICO, *“A ARQUISABRA tem atuado firmemente com o intuito de impedir a venda de terras, a instalação de grandes complexos turísticos e imobiliários em áreas quilombolas”*.

Além da proteção, o fortalecimento institucional busca por parcerias em projetos e financiamentos ou participações de ações que promovam a capacitação de membros da comunidade. Conforme as lideranças. A ARQUISABRA participa ainda do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, programa de extensão desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense em parceria com o IPHAN e com as comunidades jongueiras como parte do Plano de Salvaguarda do Jongo, Patrimônio Imaterial do Brasil⁸.”

8

Disponível

em:

http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/projeto_atividades/img/Editora%C3%A7%C3%A3o%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf Acesso em 01/10/2017.

Além disso, “em parceria com outros movimentos organizados do Município e, através de um Convênio assinado com a Fundação Cultural Banco do Brasil, a comunidade está construindo, em mutirão, o Centro de Cultura e Convivência, a Casa de Estuque, espaço que servirá de sede definitiva para que a ARQUISABRA possa realizar suas atividades. Desenvolve ainda o Pré-Vestibular Quilombola e a escolinha de Futebol, em parceria com a Associação de Esporte Cultura e Vida (AECEVIDA). Há também “a formação de Grupo de Mulheres Negras (parcerias com a ONG Crioula e o Grupo de Consciência Negra Ylá-Dudu)”.

Dentre as conquistas da comunidade quilombola de Santa Rita de Bracuí no quesito fortalecimento institucional, destaca-se o 1º lugar no *Prêmio Cultura Viva na Categoria Manifestação Cultural Tradicional*⁹, com o Projeto ‘Pelos Caminhos do Jongo’, tendo disputado com aproximadamente 1.559 inscrições oriundas de mais de 500 municípios do Brasil”.

Em 2008 a associação participou do Edital “Prêmio Culturas Populares 2008 - Mestre Humberto de Maracanã”, promovido pelo Ministério da Cultura, com o projeto “Oficina de Jongo: Um diálogo entre jovens e velhos” na categoria grupos formais.

Em 2009 recebeu o Prêmio “Rozaú Bernardo” organizado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ainda em 2009, a ARQUISABRA foi selecionada pelo Ministério da Cultura para ser Ponto de Cultura na região da Costa Verde, através do projeto “Pelos Caminhos do Jongo”.

Outra conquista foi participar de “O Observatório Jovem do Rio de Janeiro” que publicou documentário sobre a comunidade de Santa Rita do Bracuhy, intitulado “Bracuhy: velhas lutas, jovens histórias”, na qual narrou as relações intergeracionais vividas por crianças, jovens, adultos e antigos moradores atualizando o sentido da vida comunitária. A ARQUISABRA foi representada diretamente por dirigentes da Associação, que contaram as suas histórias de vida.

⁹ Evento organizado pelo Ministério da Cultura, patrocinado pela Petrobrás e com a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cempec).

A ARQUISABRA participou ainda do documentário “Jongos, Calangos e Folias: música negra, memória e poesia” produzido pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI).

E, por fim, há também a produção cultural do CD-livro “Jongos do Brasil”, uma realização da Associação Brasil Mestiço, e o livro “Dossiê do Jongo”, do IPHAN, também contaram com a participação do jongo da comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuhy¹⁰.

6.8. Aspectos gerais sobre os bens materiais e imateriais, religiosidade e manifestações culturais

Dos aspectos culturais presentes na comunidade do Bracuí se destacam a dança do jongo e a capoeira. Além desses, destaca-se também a religiosidade católica e a devoção a Santa Rita, bem como aos Reis Magos ou Reis Negros, como os chamam.

O jongo é uma forma de expressão afro-brasileira que integra percussão de tambores, dança coletiva e práticas ancestrais. É tradicionalmente praticado nos quintais das periferias urbanas e comunidades rurais. Acontece nas festas de santos católicos e divindades afro-brasileiras, nas festas juninas, nas festas do Divino, no dia 13 de maio da abolição da escravatura, segundo a página eletrônica do Iphan¹¹.

Conforme relatos de membros da Comunidade de Santa Rita do Bracuí “o jongo é uma dança tradicional de matriz africana oriunda do povo bantu. Ela veio junto com os ex-escravos e era usado como meio de comunicação no contexto da escravidão e servia como estratégia de sobrevivência. Atualmente está presente entre os jovens como expressão de nossa resistência e consciência de nossas raízes. Entendemos como uma expressão da presença jovem na afirmação de nossa identidade” (Luciana, 10/10/2017).

Segundo a explicação “o jongo é compreendido como o movimento da resistência e afirmação de identidade no combate ao preconceito, pois fortalece

¹⁰ Informações disponíveis em http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/projeto_atividades/img/Editora%C3%A7%C3%A3o%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf

¹¹ http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/certidao_registro_jongo.pdf

a cultura e afasta os jovens dos riscos da vulnerabilidade e da violência (idem)”.

Na comunidade quilombola do Bracuí o jongo é praticado com profundo respeito aos ancestrais e como forma de resistência e afirmação identitária. A comunidade tem um grupo formado junto com o projeto “Caminho dos Jongs” e se apresenta em encontros de jongueiros, através de projetos do ponto de cultura. O jongo integra todos os jovens e adultos da comunidade Bracuí na valorização, resgate e afirmação de sua cultura.

Outra manifestação cultural presente é a dança de capoeira. Na comunidade há o grupo Ere e tem como princípio a legitimação da cultura quilombola e resistência.

Normalmente as expressões culturais se fundem a outras atividades religiosas presentes na comunidade e que envolve o calendário católico afirmado pelos entrevistados, tais como a festa da Igreja Santa Rita, a quadrilha durante as festas dos santos, a Folia dos Reis, além de forró, algumas novenas do calendário católico.

Além dessas expressões culturais, os entrevistados afirmarem que na comunidade há evangélicos e também há membros praticantes da umbanda.

6.8.1. Sítios arqueológicos que contenham reminiscência histórica

O Decreto de Lei 378 de 13 de janeiro de 1937 cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

O IPHAN também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da Unesco, respectivamente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003.

Processos de Registro, Identificação e Tombamento

Nos artigos 215 e 216, a Constituição reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer as formas de preservação desse patrimônio: o Registro, o Inventário e o Tombamento.

Conforme definido pelo IPHAN, o Registro é um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Consiste na produção de conhecimento sobre o bem cultural imaterial em todos os seus aspectos culturalmente relevantes. Esse instrumento é aplicado às práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas que os grupos sociais reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural.

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que é aplicado nos casos de bens imateriais e edificações, é uma metodologia de pesquisa para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social.

O tombamento é o mais tradicional e antigo dos instrumentos de reconhecimento e proteção do patrimônio nacional. Instituído pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937, é aplicado aos bens de natureza material. De acordo com o decreto-lei os bens tombados são definidos como "conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".

Todos os Patrimônios Culturais Registrados, Inventariados e Tombados devem ser registrados nos livros dos Tombos. O Art. 4º do Decreto-lei nº 25 instituiu os diferentes livros dos Tombos para registros:

“O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber; 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º; 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as

obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras”.

Sítios e Reminiscência histórica

A Constituição Federal revitalizou e ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, através da Emenda Constitucional nº 67 de 22 de dezembro de 2010, substituindo a nomenclatura Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural, incluindo no artigo 216 da Constituição o parágrafo 5º, onde estabelece “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. ”

Entre as conotações dadas para a palavra reminiscências, podemos entender a reminiscência histórica como “Resíduo ou parte fragmentada de alguma coisa que já não existe mais”. Ou seja, parte da lembrança vivida ou transmitida entre as gerações sobre a história de vida de um grupo com relação a suas raízes quilombolas.

Para definição do conceito de “antigos quilombos”, presentes no artigo 216 da Constituição, utilizaremos o conceito mais atual utilizado Convenção da OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais, estabelecido pelo Decreto de Lei nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e decreto 4.887/2003, que estabelece como quilombo:

Art. 2 - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

E a definição estabelecida pela Fundação Palmares:

[...] toda área ocupada por comunidades remanescentes dos antigos quilombos. [...] a terra além de garantir a subsistência do grupo, tem importância histórica e cultural, pois é onde acontecem as transmissões dos valores éticos e morais, dos conhecimentos definidos pelas manifestações, pelas tradições e pelo respeito à ancestralidade”.

Por meio do projeto “Pelos Caminhos do Jongo” a comunidade faz parte da rede nacional de Pontos de Cultura, entidade cultural ou coletivo cultural certificada pelo MinC. O Jongo é uma forma de expressão negra brasileira praticada no meio urbano e em comunidades rurais do Sudeste brasileiro.

Acontece nas festividades de santos católicos e divindades afro-brasileiras. É uma forma de reverência aos antepassados e afirmação das identidades negras (MinC, 2017). O Jongo na região Sudeste é uma forma de expressão registrada pelo IPHAN como bem imaterial (Tabela 10).

Tabela 10: Registro do Jongo no Sudeste como bem imaterial.

	Bem cultural	Livro de Registro	Data de Registro	UF	Abrangência
1	Jongo no Sudeste	Forma de Expressão	15/12/2005	SP, RJ, ES, MG	Regional

Fonte: IPHAN, 2017

De acordo com os relatos das lideranças comunitárias o ponto de cultura foi obtido por meio de uma parceria com o Ministério da Cultura. Os materiais para construção do local foram doados pelo projeto e a comunidade, por meio de um mutirão comunitário, foi responsável pela construção do local. A Associação também conseguiu recursos para compra de equipamentos e mobília por meio do apoio do Projeto do Banco do Brasil.

Embora tenham obtido sucesso para constituição de parcerias para a construção do espaço cultural a Comunidade Quilombola do Bracuí relata muitas dificuldades encontradas. Como, por exemplo, a identificação de fornecedores de móveis que atendessem as exigências do apoiador. Parte do recurso não reembolsável obtido com o Banco do Brasil teve que ser devolvido, tendo em vista que não conseguiram adquirir os moveis dentro do prazo e nas condições pré-estabelecidas.

Atualmente o Ponto de Cultura está interditado, tendo em vista que parte da estrutura do telhado cedeu. A comunidade informa que a reconstrução do local era uma das condicionantes a ser realizada pela Eletronuclear, mas o projeto não foi iniciado tendo em vista que a comunidade não tem um engenheiro civil responsável pela obra (contrapartida necessária para execução do projeto).

O Ponto de Cultura, quando em funcionamento, também era utilizado como sede da Associação e para outras manifestações religiosas e festivas, como a festa de Santa Rita realizada todo mês de maio. As comemorações para o dia da padroeira são festejadas durante 7 dias, com procissão, novenas e missas.

Outro ponto de relevância cultural, histórico e religioso é a capela de Santa Rita, construída na propriedade pelo comendador Breves, em homenagem à sua mulher Rita Clara. Informações preliminares indicam que o local é tombado pelo patrimônio histórico, sendo as imagens resguardadas pelo Museu de Arte Sacra de Angra dos Reis, entretanto não foram evidenciados registros de tombamento ou mesmo o resgate da imagem pela Secretaria Executiva de Cultura e Patrimônio Histórico de Angra dos Reis. Os relatos da comunidade indicam que as imagens eram guardadas em diferentes residências para evitar o furto da imagem. A Secretaria de Cultura não compareceu no dia do encontro agendado.

As lideranças comunitárias também relatam a participação da comunidade no projeto de Turismo Pedagógico realizado com visitas mensais dos alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Projeto Turma de Escola, realizado em parceria com a rede de ensino estadual, duas vezes por semana. Os encontros fazem parte do Programa de Turismo Comunitário que a Associação está buscando implementar.

7. CONTROLE, MITIGAÇÃO E POTENCIALIZAÇÃO DE IMPACTOS

Este item tem como objetivo analisar o contexto no qual a LT 138 kV Angra (FURNAS) - Angra (AMPLA) - Furnas está inserida, identificando os impactos relacionados à atividade da reforma da LT.

Para atingir o objetivo descrito acima, foram utilizadas informações provenientes da Reunião Informativa para Estudo do Componente Quilombola, realizada no dia 04 de outubro de 2017, que contou com a presença de representantes da empresa de Furnas, da Fundação Cultural Palmares e lideranças comunitárias (Anexo 01).

A Avaliação dos impactos foi realizada de modo participativo, em conjunto com as lideranças comunitárias da Associação Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA) por meio de uma oficina de avaliação de impactos (Anexo 02).

A oficina objetivou detalhar as atividades operacionais relacionadas às etapas do processo operacional e identificar os impactos diretos e indiretos relacionados às atividades e a presença do empreendimento na comunidade e em seu entorno. Conforme informado pelos representantes de Furnas, a

avaliação de impactos foi elaborada considerando o tempo total de 1 ano para a reforma da LT, sendo aproximadamente 2 meses na área sob influência da Comunidade Quilombola do Bracuí.



Figura 13 - Oficina para construção da matriz de impactos. **Fonte:** Cedro Ambiental.

7.1. Presença e fluxo de pessoas estranhas à comunidade

A partir de conversas, e do conhecimento da própria comunidade, adquirido por meio de experiências vividas anteriormente, durante as construções das quatro LTs que estão no território quilombola e entorno, foi possível identificar os impactos gerados pela presença de pessoas estranhas na comunidade durante a execução das atividades operacionais.

O maior receio está relacionado à possibilidade de aumento da violência oriunda de conflitos que possam ser gerados entre trabalhadores do empreendimento e moradores da comunidade. Esta possibilidade foi considerada baixa pela comunidade; porém, caso ocorra, foi avaliada como crítica pelos moradores.

Como mitigação o presente estudo indica a divulgação das oportunidades de trabalho na comunidade, priorizando a contratação local, tendo em vista que na comunidade há pessoas com experiência na construção civil.

Além da contratação de mão de obra local, indica-se a criação de um Programa de Comunicação Social que deverá divulgar regras a serem cumpridas pelos trabalhadores do empreendimento e garantir a convivência harmônica entre os trabalhadores e os moradores da comunidade.

7.2. Restrição de mobilidade entre a comunidade e o entorno.

De acordo com o conhecimento local, adquirido por meio de ocorrências anteriores durante as construções das LTs, o transporte de veículos pesados e a atividade de lançamento dos cabos poderão ocasionar o bloqueio temporário da estrada Santa Rita, único acesso para entrada e saída dos moradores. O bloqueio por longos períodos poderá gerar prejuízos econômicos e sociais, dentre os quais se destacam:

- Dificuldade de deslocamento dos moradores da comunidade até o trabalho;
- Dificuldade para o deslocamento dos produtores agroflorestais para participar da feira semanal no centro de Angra dos Reis;
- Redução do volume de vendas dos pontos comerciais locais nos finais de semana devido à dificuldade e/ou bloqueio do acesso ao ponto turístico da cachoeira;
- Dificuldade de acessar serviços de saúde e educação ofertados fora da comunidade;
- Dificuldade de deslocamento em caso de emergências;

Como medida de controle e compensação a comunidade identifica a necessidade do Programa de Comunicação Social prever a notificação formal da empresa responsável pelo empreendimento sobre os dias e horários de bloqueio da estrada junto à comunidade.

7.3. Prejuízos às atividades econômicas da comunidade

O bloqueio temporário da estrada Santa Rita pode impactar diretamente as atividades produtivas da comunidade e o escoamento da produção no caso dos agricultores orgânicos (ver impacto 7.3)

Além disso, a dificuldade de deslocamento, abaixo da LT 138 KV Angra (FURNAS) - Angra (AMPLA), pode prejudicar atividades de pastoreio em um raio de até 50 metros. Neste mesmo perímetro há pequenos cultivos de agricultura orgânica para abastecimento do restaurante “70% Roça”. Ainda identifica-se a existência de roçados familiares com culturas perenes (por exemplo, a banana) e culturas anuais (feijão e hortaliças).



Figura 14 - Áreas de roças, pastos e sistema agroflorestal abaixo e próximos da LT Angra-Angra. Angra dos Reis, 2017.
Fonte: Cedro Ambiental.

Como medida compensatória a oficina estipulou as seguintes ações: 1) dar prioridade para a aquisição de alimentos dos produtores agroflorestais locais e/ou utilizar serviços de fornecimento de alimentação da comunidade para alimentação dos trabalhadores. 2) para as culturas agrícolas e/ou atividades localizadas na área que serão inviabilizadas pelas atividades operacionais (abaixo da LT), deverão ser realizados acordos formais e pagamento sobre os danos e prejuízos gerados.

7.4. Riscos às manifestações culturais da comunidade

As atividades religiosas e culturais são realizadas semanalmente. O bloqueio temporário e/ou danos gerados à estrada Santa Rita poderá restringir o acesso dos moradores da comunidade (fragmento principal) às igrejas católicas localizadas fora do território, em especial as missas e festividades realizadas na Matriz do Frade e na Capela São José. Os moradores que dependem da estrada de Santa Rita (moradores ou não das áreas quilombolas)

terão dificuldade de acesso às igrejas evangélicas localizadas no fragmento maior do território e participar das demais atividades culturais.

As festividades religiosas e atividades culturais como o Jongo e as atividades de turismo pedagógico de base comunitária poderão ser diretamente impactadas dependendo da data de realização das atividades operacionais do empreendimento. Entretanto, a comunidade não identificou medidas de prevenção ou controle do impacto tendo em vista a impossibilidade de estabelecer previamente um cronograma para as atividades operacionais, sendo divulgado a partir do Programa de Comunicação Social. Também não é possível fazer um cronograma dos eventos da comunidade, pois os mesmos ocorrem com intensidade e são organizados com pouca antecedência, podem ser realizados tanto em dias úteis, quanto nos finais de semana. As lideranças comunitárias indicam como medida de compensação do impacto gerado às manifestações culturais e religiosas o apoio técnico da empresa na elaboração de projeto de engenharia e arquitetura reforma da sede da ARQUISABRA, que funcionava também como um Ponto de Cultura do Jongo e como local de apoio para as festividades da festa Santa Rita, padroeira da Comunidade Quilombola de Bracuí.

7.5. Dificuldade de acesso sobre bens e serviços públicos oferecidos às comunidades

Os principais bens públicos utilizados pela comunidade que serão impactados pelas atividades do empreendimento são a estrada Santa Rita e a escola E. M. Aurea Pires da Gama, localizada em um dos fragmentos (ilhas) do território quilombola, na Estrada Santa Rita, próximo da Estrada Rio Santos.

Próximo à escola, há também o Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do Bracuí que, embora não forneça água para os moradores do quilombo, abastece grande parte das residências do bairro e da região.

No trecho da estrada Santa Rita que será utilizado para acesso e atividades do empreendimento há aproximadamente 8 “manilhas” de passagem de água fluvial e pluvial. Os trechos de passagens de água subterrânea identificados pelas lideranças comunitárias são: Córrego da Adriana, Casa da Zenilda, SAAE, Ponte da Regina, Humberto e Bica d’água. Os cabos de

telefonia móvel também estão localizados no subsolo, abaixo da estrada Santa Rita.

A empresa informa que as obras não irão obstruir a estrada de acesso a comunidade. O empreendimento prevê que durante o lançamento dos cabos, com duração prevista de 10 dias, o trecho impactado será protegido por uma barreira de proteção a fim de não impedir o trânsito dos moradores. A presença de máquinas pesadas na estrada poderá prejudicar o fluxo do trânsito de veículos, o que dificultaria temporariamente o bom funcionamento de alguns serviços públicos, sobretudo: a coleta de resíduos que ocorre 3 vezes na semana; o transporte escolar; e o atendimento emergencial do Sistema Único de Saúde – SUS.

Cabe ressaltar que na percepção das lideranças comunitárias – com base nas experiências vividas durante a construção e reforma das 3 LTs existentes no território, as obras podem afetar diretamente a estrada e a mobilidade dos moradores do Quilombo. Alguns pontos foram enfatizados durante a reunião, foram eles: 1) riscos de acidentes, principalmente relacionado ao trânsito de pedestres e crianças no trajeto escola e residência; 2) ausência de fornecimento dos serviços públicos durante as atividades operacionais que gerem o bloqueio e ou dificuldade de mobilidade na estrada; 3) danos das estradas – perímetro entre a BR 101 e o local da LT Angra – Angra; 4) Danos na infraestrutura localizada na estrada, tais como manilha de águas e os cabos de telefonia. Nota-se que um Programa de Comunicação Social para prestar os devidos esclarecimentos quanto à natureza das obras e suas interferências na estrada se faz necessário. Durante as obras é necessário comunicar a comunidade com antecedência do período em que a estrada sofrerá interferência mais intensa, por esse motivo, o Programa de Comunicação Social deverá ser articulado com o Programa de Prevenção de Acidentes. Foi ainda identificado a necessidade de implantar uma ação que envolva a reforma da estrada, no trecho que será utilizado pelos veículos pesados do empreendimento.

A ação de manutenção da via é para o caso de ocorrer alguma alteração em sua estrutura em função dos veículos da obra, nessa circunstância deverá ser realizado após a finalização das atividades operacionais a avaliação da necessidade de: substituição de canaletas e manilhas para passagem da água

fluvial e pluvial que possam ter sido danificadas pelo empreendimento. Além disso, deverá ser dada atenção e cuidado para não danificar a passagem dos cabos de telefonia. A preocupação da comunidade é com possíveis alterações provocadas pelas obras de recuperação da Linha de Transmissão. Considera-se que o tráfego de veículos e maquinário pesado possam piorar as condições da via – único acesso da comunidade ao município de Angra dos Reis.

7.6. Impactos sobre os meios físico e biótico relacionados à reprodução física, social e econômica da comunidade

O Rio Bracuí, as florestas de Mata Atlântica com atividades agroflorestais e a Estrada do Bracuí são os principais elementos dos meios físicos e bióticos identificados na área estudada.

No Rio Bracuí são realizadas as principais atividades de lazer, sobretudo nos pontos chamados de “praia” e na cachoeira do Rio Bracuí. Além disso, a água do Rio Bracuí é a única fonte de água disponível, utilizada para consumo da população local, seja para o consumo, limpeza das casas ou irrigação das hortas.

As áreas de “mata cabrucada”¹² com atividades agroflorestais são utilizadas: seja como para o consumo das famílias; seja como fonte de renda complementar. As áreas domiciliares estão organizadas de acordo com as relações de parentesco e conectadas por trilhas e percursos nos quais se encontram espécies arbóreas endógenas à Mata Atlântica. Nestes espaços coexistem árvores frutíferas tais como jabuticabeira, mangueira, acerola, cacau e banana.

A Estrada de Santa Rita é a conexão da comunidade com a cidade e com os serviços públicos oferecidos (coleta de lixo, saúde, educação, etc.). É também por meio da Estrada que as universidades e os turistas têm acesso à cultura e o modo de vida da comunidade.

A maior preocupação da comunidade está relacionada à Estrada Santa Rita e ao Rio Bracuí. No processo de avaliação participativa dos impactos foi

¹² Geralmente associado à forma de produção cacauzeira no sul da Bahia, a cabruca é um sistema ecológico de cultivo agroflorestal. Baseia-se na substituição de parte dos estratos florestais por uma cultura de interesse econômico, implantada no sub-bosque de forma descontínua e circundada por vegetação natural.

informado o receio da comunidade sobre a perfuração do solo (para a construção das torres) impactar o lençol freático e o Rio Bracuí, tendo em vista que a torre está próxima de uma área submersa pela água do Rio Bracuí durante o período de chuva. É indicado que seja realizado um Programa de Educação Ambiental o qual deve abranger os temas de: 1) Impactos das perfurações do solo para instalação das torres de energia ao lençol freático; 2) Processo de recomposição da Área de Proteção Permanente na área localizada abaixo da LT Angra – Angra 3) Riscos de condução de energia elétrica no Rio Bracuí, durante o período de cheia do rio.

Sugere-se a inserção dentro do Programa de Educação Ambiental da realização de uma oficina de “Educação Ambiental para a capacitação de Fortalecimento Institucional” do grupo, que possa envolver uma oficina de entendimento sobre o Estado brasileiro e o entendimento da inserção de Políticas Públicas. Sugere-se também, uma oficina de “Elaboração de Projetos e Captação de Recursos” para estimular e incentivar o fortalecimento político através de participações e a constituições de projetos culturais.

Sugere-se também um Programa de Comunicação Social, para informar previamente a comunidade sobre o período de atividades da operação na área e para informar a população sobre os possíveis reparos na estrada após as atividades operacionais. Nesses reparos deverão ser avaliando a necessidade de possíveis substituições de canaletas e manilhas para passagem da água fluvial e pluvial que possam ser danificadas pelo empreendimento; e cuidados para não danificar a passagem dos cabos de telefonia.

7.7. Outros aspectos avaliados

Não foi identificada a existência de perda parcial ou total do território quilombola ou a existência de possíveis conflitos com as comunidades quilombolas envolvendo processos de expropriação de terras, áreas sobrepostas e conflitos de interesses, bem como a atual situação territorial do grupo, tendo em vista que a LT 138 kV Angra (FURNAS) - Angra (AMPLA) já existe, e que as novas torres serão construídas dentro do perímetro já existente.

8. Matriz de Aspectos e Impactos

8.1. Metodologia

A Matriz de aspectos e impactos socioambientais foi desenvolvida baseada nos indicadores da NBR ISO14001. A Matriz avalia os impactos ambientais e sociais negativos e positivos que possam ser gerados por meio das atividades da reforma da LT. De acordo com requisito 3.4.1., o impacto ambiental é definido como “qualquer modificação do ambiente, adversa ou benéfica, que resulte no todo ou em parte, das atividades, produtos ou serviços de uma organização.

A Matriz da ISSO 14001 apresenta os principais aspectos e impactos identificados, com classificação e priorização por meio da avaliação de significância. Entre os possíveis critérios de avaliação foi priorizado:

- **Natureza (controle):** Serão utilizadas a classificação **1. Adversa:** aquele sobre o qual a organização exerce ou pode exercer modificação negativa do ambiente; **2. Benéfica:** aquele sobre o qual a organização exerce ou pode exercer modificação positiva do ambiente.

- **Formas de incidência (controle):** Serão utilizadas a classificação **1. Direta:** aquele sobre o qual a organização exerce ou pode exercer controle efetivo; **2. Indireta:** aquele sobre o qual a organização pode apenas exercer influência, notadamente junto as partes interessadas externas (Helkes 2002).

- **Abrangência (escala):** critério de escala, refere-se ao tamanho da área atingida pelo impacto. Serão utilizadas a classificação **0. Inexistente;** **1. Isolada:** os impactos se restringem somente ao local de ocorrência; **2. Limitada:** aos limites físicos da organização; **3. Ampla:** para fora dos limites físico da organização (Carvalho 1998).

- **Severidade (gravidade):** Refere-se ao tamanho do dano que o impacto ambiental causa ao meio ambiente, não considerando apenas a área atingida, mas sim a gravidade do dano. A subdivisão se dá em **1. Marginal:** ferimentos leves, doenças do trabalho não importantes, danos pequenos nos

sistemas ou ao meio ambiente - consumo moderado de recursos naturais, geração moderada de poluição e rejeitos; **2. Crítico:** ferimentos graves, doença ocupacional grave, danos grandes no sistema ou no meio ambiente - consumo significativo de recursos naturais; geração elevada de poluição; **3. Muito Crítico:** morte, perda do sistema ou danos ambientais severos (Moura 1998);

• **Probabilidade de ocorrência (frequência):** Refere-se à quantidade de vezes que o impacto ocorre ao longo de um período considerado. Carvalho (1998, p.80) o subdivide em três categorias: **0. Inexistente;** **1. Baixa:** bastante improvável ou esporádica; ou se a detectabilidade é certa e direta com meios de detecção e controle sistemático e eficaz; e/ou não há ou existem registros de ocorrência esporádica; **2. Média:** improvável ou ocasional; ou se a detectabilidade é provável e indireta, com meios de detecção e controle existentes, mas de eficácia limitada; e/ou há registros de ocorrência ocasional; **3. Alta:** provável ou frequente; ou se a detectabilidade é incerta, com meios de detecção e controle inexistentes ou inadequados; e/ou há registros de ocorrência constante (Carvalho 1998).

A pontuação final, para atribuição da significância dos aspectos e impactos, foi utilizada a fórmula: **(A + S) * PO** . Onde:

- A = Abrangência;
- S = Severidade e;
- PO = Probabilidade de Ocorrer.

Optou-se pelo uso da fórmula que atribui maior peso à Probabilidade de Ocorrência, valorizando o critério com maior significância (PO), tendo em vista se tratar de um projeto de curto prazo e de baixo impacto.

A significância, como o próprio nome revela, é o grau de importância que cada aspecto e, seu respectivo impacto, possui em relação ao meio ambiente. O objetivo do estabelecimento da significância é prover condições que possam contribuir na escolha das prioridades dos controles operacional e ambiental, a serem implementados pelo empreendimento. Permite-se, assim, que sejam estipulados programas ambientais de controle voltados àqueles aspectos que efetivamente representam influências significativas, ou impactos importantes, no meio ambiente (Zumbach e Moretti, 2009).

Não há indicações na literatura sobre a melhor fórmula (ou cálculo) a ser aplicada para avaliação de significância, tendo em vista a diversidade de empreendimentos e avaliações de impactos que utilizam a mesma metodologia (ISO 14001). Na avaliação bibliográfica foram observadas diferentes formas de utilização para o cálculo da significância, adaptando a ferramenta para realidade e necessidade de cada organização, com vistas à priorização do controle ambiental.

Após aplicação da fórmula, a pontuação final estará entre 0 e 15. Consideraram-se indicadores significativos aqueles com pontuação entre 12 e 15 pontos. Todos os impactos apresentam Plano de Ação com recomendações para evitar, mitigar e/ou controlar impactos negativos. Não foram identificados impactos positivos.

9. Programas

9.1. Programa de Comunicação Social

Considerações Iniciais

Este programa visa à aproximação e comunicação entre empreendedor e comunidade durante as obras. O programa deverá informar com antecedência as datas previstas para a realização das obras, trechos impactados e cuidados necessários a serem tomados pelos moradores da Comunidade Santa Rita do Bracuí. Caso a estrada seja total ou parcialmente bloqueada será necessário informar os horários de bloqueio, minimizando assim dificuldades de acesso e mobilidade.

Caso haja algum dano às atuais condições da estrada, caberá ao empreendedor apresentar à população um Plano para recuperação da mesma, considerando o estado da estrada antes das obras. Neste plano, a ser divulgado mediante reunião informativa e registrado em ata, deverá constar projeto, prazo e demais detalhes das obras.

Objetivos

Este programa possui como objetivos:

- Oferecer aos trabalhadores das obras regras de convívio e circulação, garantindo, assim, a boa relação entre empreendedor e população local.
- Informar com antecedência as datas previstas para as obras e sua duração.
- Informar, caso ocorra, os períodos e a duração dos bloqueios parciais e totais que possam ocorrer na Estrada de Santa Rita.
- Esclarecer sobre os cuidados necessários a serem tomados para evitar acidentes ou transtornos durante as obras para implantação do empreendimento.
- Apresentar, se necessário, o Plano para Recuperação da Estrada.

Metodologia

- Realização de reuniões e conversas com os moradores da comunidade visando o esclarecimento sobre o planejamento e realização da(s) obra(s)
- Produção de informes impressos como folders para difundir informações sobre cuidados necessários para evitar acidentes, bem como os horários e dias em que a obra serão realizadas, comunicando possíveis bloqueios, parciais ou totais, na estrada de Santa Rita.
- Sensibilizar trabalhadores a partir de cartilhas informativas, sobre regras para o bom convívio entre eles e moradores da comunidade.

Público Alvo

Este programa envolverá trabalhadores e moradores da comunidade Santa Rita do Bracuí.

Natureza do programa

Preventiva, mitigadora e compensatória.

Cronograma Básico

Durante a fase de implantação do empreendimento

Responsabilidade

Este programa é de responsabilidade de FURNAS.

9.2. Programa de Educação Ambiental e Cidadania

Considerações Iniciais

Este programa tem como objetivo desenvolver na comunidade premissas relativas aos cuidados necessários com o meio ambiente e com a organização interna da comunidade, reforçando entre os quilombolas o sentido de cidadania e a valorização de suas manifestações culturais. Durante a oficina, observou-se que é necessário aprofundar na população o conhecimento sobre as atribuições do Poder Público em suas mais diferentes esferas, discernimento que contribui para o fortalecimento político da comunidade.

Como foram suscitadas várias dúvidas sobre os possíveis impactos que a obra poderá gerar sobre o meio ambiente e, em especial, sobre o lençol freático, considera-se indispensável que sejam realizadas reuniões para o esclarecimento da população.

Objetivos

Este programa possui como objetivos:

- Sensibilizar a população local sobre os cuidados necessários com o meio ambiente.
- Esclarecer quanto aos reais impactos da obra sobre o meio ambiente.
- Promover oficinas que permitam o fortalecimento interno da comunidade, a saber:
 - Oficina de Educação Ambiental e Riscos Socioambientais – Fornecer diretrizes de segurança e meio ambiente.
 - Fortalecimento Institucional: Priorizar o fortalecimento do grupo, considerando a governança e o esclarecimento das atribuições do Estado

- Gestão de Projetos: Fortalecer o grupo para captação de projetos visando a melhoria da comunidade.
- Contribuir com apoio técnico para a reforma do centro comunitário que deverá operar como Ponto de Cultura

Metodologia

- Realização de reuniões e conversas com lideranças para organização de oficinas
- Realização de oficinas participativas

Público Alvo

Este programa envolverá moradores da comunidade Santa Rita do Bracuí.

Natureza

Mitigadora e Compensatória.

Cronograma Básico

Durante a fase de implantação e/ou operação do empreendimento

Responsabilidade

Este programa é de responsabilidade de FURNAS

9.3. Matriz de Impactos

Tabela 11 - Matriz de Aspectos e Impactos, 2017

AVALIAÇÃO DE ASPECTOS E IMPACTOS - REFORMA DE LT ANGRA - ANGRA										
ASPECTO E IMPACTOS					ATRIBUTOS					
Ordem	ATIVIDADE GERADORA*	AGENTE CAUSADOR	ASPECTO	IMPACTOS	NATUREZA	FORMAS DE INCIDENCIA	ABRANGENCIA	SEVERIDADE	PROBABILIDADE DE OCORRENCIA	PONTUAÇÃO IMPACTOS
1	1, 2, 3, e 4	Utilização de Maquinário/ Trânsito de Veículos (leves e pesados)	Acidentes	Risco à saúde da comunidade	Adversa	Direta	Limitado	Muito crítico	Alta	12
2	1 e 3	Utilização de Maquinário	Barulho	Incômodo gerado pelo barulho das máquinas	Adversa	Direta	Ampla	Marginal	Alta	11
3	1, 2, 3 e 4	Armazenamento de Ferragens e Materiais	Canteiro de Obra	Geração de resíduos	Adversa	Direta	Isolada	Critico	Alta	8
4	2; 4	Trânsito de Veículos (leves e pesados)	Retenção temporária de na estrada	Dificuldade de acesso aos serviços públicos	Adversa	Direta	Limitado	Critico	Média	6
5	2; 4	Trânsito de Veículos (leves e pesados)	Danos à estrada	Danos à estrada	Adversa	Direta	Limitado	Critico	Baixa	6
6	2; 4	Trânsito de Veículos (leves e pesados)	Retenção de trânsito	Danos às manifestações culturais e religiosas	Adversa	Direta	Limitado	Critico	Média	6
9	1, 2, 3, e 4	Trânsito de Veículos (leves e pesados)	Danos à estrada	Perdas e danos (veículos particulares)	Adversa	Direta	Limitado	Marginal	Baixa	5
10	1	Utilização de Maquinário	Danos ao Recurso Hídrico	Danos ao Lençol freático	Adversa	Direta	Ampla	Critico	Baixa	4
11	1, 2, 3, e 4	Trabalhadores	Presença de Pessoas Estranhas	Aumento de violência	Adversa	Indireta	Limitado	Muit crítico	Baixa	3

Fonte: Cedro Ambiental

***atividades:** 1- Perfuração para Instalação das Torres; 2 - Transporte e Armazenamento de Ferragens e Materiais para construção da Torre; 3 - Montagem das Torres; 4 - Lançamento do Cabo.

Tabela 12 - Classe de importância dos Impactos associados aos Programas Ambientais, 2017.

CLASSE DE IMPORTÂNCIA / IMPACTOS	PROGRAMAS				
	PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES	PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	PROGRAMA DE APOIO A VALORIZAÇÃO CULTURAL	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	PLANO AMBIENTAL DA CONSTRUÇÃO
Dificuldade de acesso aos serviços públicos	x	x			X
Danos aos bens públicos	x	x			
Danos às manifestações culturais e religiosas	x	x	x		
Risco da saúde da comunidade	x	x			
TOTAL	4	4	1	0	1
Prejuízo à produção econômica		x			
Danos ao lençol freático		x			X
Aumento de violência		x			
Geração de resíduos		x		x	
Danos ao lençol freático e recursos hídricos		x		x	
TOTAL	0	5	0	2	1
Incômodo gerado pelo barulho das máquinas		x			X
Perdas e danos (veículos particulares)		x			X
TOTAL	0	2	0	0	2

Fonte: Cedro Ambiental

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBONIZIO, A. C. de O.; DE SOUZA, A.; RAMOS, E. L. A Afirmação Quilombola no Quilombo Santa Rita de Bracuí. Revista e-Curriculum, v.14, n.02, p. 393–413, 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>>. Acesso em 13 de julho de 2017.
- AFN. Participatory Rural Appraisal for Community Forest Management. Tools and Techniques. Santa Barbara: Asia Forest Network. 2002.
- BERBÉS-BLÁZQUEZ, M. A Participatory Assessment of Ecosystem Services and Human Wellbeing in Rural Costa Rica Using Photo-Voice. Environmental Management, v. 49, n. 4, p. 862–875, 9 abr. 2012. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s00267-012-9822-9>. Acesso em 13 de julho de 2017.
- BRACUÍ: velhas lutas, jovens histórias. Direção acadêmica: Paulo Carrano. Realização: Observatório Jovem; Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. 43 min., 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2uyGxKpfs-s>. Acesso em 13 julho de 2017.
- BRASIL. Artigo 215 da Constituição da República Federativa do Brasil. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Brasília, DF. 05 out. 1988.
- BRASIL. Artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Brasília, DF. 05 out. 1988.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Decreto 1.158, 28 de fevereiro de 1991. Determina Tombamento de Bens. Santo Amaro da Imperatriz, SC. 28 fev. 1991.
- BRASIL. Decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro. Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e da Outras Providências. Brasília, DF. 04 ago. 2000.
- BRASIL. Decreto de Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF. 25 nov. 1937.
- BRASIL. Decreto de Lei nº 4.4887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF. 20 nov. 2003.
- BRASIL. Decreto de Lei nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho- OIT sobre povos indígenas e tribais. Brasília, DF. 19 abr. 2004.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 67 de 22 de dezembro de 2010. Revisão artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 22 dez. 2010.

- BRASIL. Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o Decreto nº 4.4887, de 20 de novembro de 2003. Brasília, DF. 20 out. 2009.
- COMISSÃO PRÓ INDIO. Quilombos e a Legislação. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/html/leis/leis.aspx>>. Acesso em 12 de jul 2017.
- Fatima Rosa. ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO TURISMO NO QUILOMBO DO BRACUÍ POR MEIO DA PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE E DE UM ROTEIRO COM FOCO NA MEMÓRIA E IDENTIDADE. Rio de Janeiro. 2012.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em: <http://www.palmars.gov.br/>. Acesso em 13 de julho de 2017.
- HERSKOVITS, M. J. Antropologia cultural: o homem e seu trabalho. São Paulo: Mestre Jou, 1963. p. 98-108.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Processos aberto por região. Brasília: INCRA, 2016.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Andamento de Processos. Brasília: INCRA, 2016.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Jongo no Sudeste. Brasília: IPHAN, 2007.
- IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Registros Bens Imateriais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/681/>. Acesso em 13 de julho de 2017.
- LOURENÇO, T. C. P. O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- MANZINI, Eduardo José. Entrevistas Semi-estruturada: análise de objetivo e roteiros. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/lisipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. 13 de julho 2017.
- MATTOS, H. et al. Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí. Niterói: UFF/FEC/Departamento de Antropologia/Departamento de História; Rio de Janeiro: INCRA, 2009.
- MATTOS, J. S.; SENNA, A. K. História Oral como fonte: problemas e métodos. Rio Grande. 2011. Disponível em: <www.seer.furg.br/hist/article/download/2395/1286>. Acesso em 13 de julho 2017.
- VAN VLIET, N. Participatory vulnerability assessment in the context of conservation and development projects: a case study of local communities in Southwest Cameroon. Ecology and Society 15(2): 6. 2010. [online] Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss2/art6/>. Acesso em 13 de julho de 2017.
- ZUMBACH, Iliana & MORETTI, Giuliano 2009, N. ISSO 14001 Comentada. Artigo 5. Núcleo de Estudos Científicos em Sustentabilidade (NECS).

Disponível em: <http://necs.preservaambiental.com/>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

Páginas consultadas sobre a Comunidade Quilombola de Bracuí:

<http://brevescafe.net/quilombodobracui.html>. Acesso em 14 de julho de 2017.

<http://www.guiaculturalcostaverde.com.br/?locais=quilombo-santa-rita-de-bracui-2>. Acesso em 14 de julho de 2017.

<http://www.pontaojongo.uff.br/jongo-do-bracui-angra-dos-reisrj>. Acesso em 14 de julho de 2017;

<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/quilombo-santa-rita-do-bracui> Acesso em 14 de julho de 2017.

Visita em 20 de outubro de 2017:

http://www.angra.rj.gov.br/downloads/SMA/leis/lei_2092.pdf

<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-angra-dos-reis-rj>

<http://www.angra.rj.gov.br/downloads/SMA/leis/DECRETO%209260-14.pdf>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/angra-dos-reis/pesquisa/23/25888?detalhes=true>

http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/projeto_atividades/img/Editora%C3%A7%C3%A3o%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf

10. ANEXOS

Anexo 1: Ata e Lista de Presença da Reunião Informativa

ATA E LISTA DE PRESENÇA

04 de outubro de 2017

Reunião Informativa para Estudo do Componente Quilombola
Empreendimento: LT 138 kV Angra (FURNAS) - Angra (AMPLA) - Furnas
Empresa de Consultoria: Cedro Ambiental
Comunidade: Santa Rita do Braçuí
Local: Igreja Católica Santa Rita do Braçuí
Horário: 15:30

A reunião teve início por volta das 16 horas, no dia quatro de outubro de 2017 no pátio da igreja católica Santa Rita da comunidade quilombola Santa Rita do Braçuí. Estavam presentes os representantes da empresa Furnas, representante da Fundação Cultural Palmares, representantes da empresa de consultoria Cedro Ambiental e representantes da Associação Comunitária Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Braçuí (ARQUISABRA), convidados pela Fundação Cultural Palmares, a pedido da empresa Cedro Ambiental.

O diálogo foi iniciado pelos representantes da empresa Furnas, com o informe sobre a reforma da linha de transmissão de energia 138 kV Angra (FURNAS) - Angra (AMPLA) e a necessidade de licenciamento ambiental, tendo em vista que a LT passa por duas unidades de conservação ambiental e em áreas próximas da Comunidade Quilombola Santa Rita do Braçuí e Terra Indígena Guarani do Braçuí.

A liderança comunitária informa que atualmente existente quatro linhas de transmissão de energia dentro do território quilombola, sendo duas de 500 KV e questiona qual será reformada. Os representantes da empresa Furnas informam que as duas linhas de 500 KV são de responsabilidade de Furnas, entretanto estas não serão reformadas. Informam que a LT Angra-Angra está localizado no início da comunidade, passando sobre a estrada Santa Rita, acesso da comunidade à BR-101 (foi apresentado um mapa, e indicado a localização exata do local).

Plano de Trabalho – EIA/RIMA – PBA - LT 138 kV Angra (FURNAS) - Angra (AMPLA)

A liderança informa que já houve duas ocorrências de incêndio nas linhas de 500 KV. Uma ocorrência, mais antiga, devido ao crescimento da espécie Taquaruçu (*guadua fagoara*), e em outro local, uma ocorrência mais recente, devido ao crescimento do bambu em baixo da LT. A comunidade já solicitou autorização para podar uma árvore centenária, da espécie Caneleira, devido o risco de incêndio. Em resposta aos questionamentos das lideranças comunitárias, os representantes de Furnas informam que a distância máxima entre a copa da árvore ou vegetação e os fios da LT é de 8 metros. Sobre o perímetro considerado como área segura no entorno da LT foi informado que a área de segurança é, em média, de 60 metros (30 metros de cada lado da torre) para LT de 500kv e 25 metros (12,5 metros de cada lado da torre) para LT de 128 KV. Furnas informa que irá confirmar a distância exata e informar a comunidade.

A liderança comunitária informa que quando chove ou está com alta umidade no ar os moradores da comunidade "tomam choque elétrico" ao passar próximo ou abaixo da linha. Já informaram a empresa anteriormente (não souberam dizer qual empresa), entretanto o funcionário que fez o atendimento disse que a transmissão de energia não é de responsabilidade da empresa, e que o mesmo deveria notificar o Ministério Público. Em diálogo entre lideranças comunitárias e representantes de Furnas, foi informado sobre a diferenciação entre linha de Transmissão de Energia (500KV) e Linha de Distribuição de energia (abaixo de 500KV), e das diferentes empresas atuantes e suas responsáveis. No caso de Furnas, que trabalha com transmissão de energia, estão sob sua responsabilidade as duas linhas de 500KV, e a linha Angra – Angra de 138 KV, sendo esta última de baixa tensão tendo em vista que ela liga duas centrais de energia.

Ao ser reafirmado que a LT que eventualmente gera "choque elétrico" nas pessoas que transitam próximas é uma LT de 500 KV, os representantes de Furnas informam que irão enviar funcionários para averiguar a ocorrência pois não é um acontecimento normal. Informam que o barulho na linha é um sinal

Plano de Trabalho – EIA/RIMA – PBA - LT 138 kV Angra (FURNAS) - Angra (AMPLA)

que poderá haver risco de condução de energia (linha localizada ao lado da igreja).

Dando continuidade à apresentação, os representantes de Furnas informaram sobre as etapas da reforma da LT Angra-Angra de 138kV. No trecho específico, que passa na divisa da área da comunidade, haverá troca dos fios e troca das torres. A previsão é iniciar as atividades em abril de 2019. A estimativa de tempo para a conclusão de toda a reforma é de 1 ano, entretanto apenas duas torres estão localizadas próximas as comunidades.

O processo operacional é iniciado pela fundação (perfuração), seguido pela montagem da estrutura da torre e por último o lançamento dos fios, sendo a atividade de lançamento a mais rápida. Haverá "desconexão e recondução" (apenas uma linha - cabo - de transmissão por um período de aproximadamente 2 meses). A logística e forma do como será executada as ações – canteiro de obra e infraestrutura - serão identificadas e planejadas pela empresa prestadora de serviços responsável pela execução da reforma.

Os representantes de Furnas informam que os principais cuidados a serem tomados pela comunidade são: 1) cuidados devido ao aumento de tráfego de veículos – veículos leves e veículos pesados; 2) não entrar nas áreas operacionais. Haverá isolamento das áreas 3) cuidados com os locais de perfuração. Serão realizadas pelo menos 4 perfurações profundas para cada torre; 5) haverá muitas peças metálicas utilizadas para a estrutura das torres espalhadas próximo ao local, assim como o trânsito de máquinas para levar as peças; 6) o lançamento dos cabos é uma atividade muito perigosa. Os locais serão sinalizados.

A comunidade informa que já observaram o processo de lançamento dos fios em 1998, quando foi passado um segundo circuito na mesma torre. As lideranças enfatizam que embora a LT Angra-Angra esteja na área limítrofe do território a comunidade considera toda a área da estrada vicinal até a BR 101 como território quilombola, tendo em vista que a escola da comunidade está localizada na estrada, e do território quilombola (ilha). A estrada vicinal também

Plano de Trabalho – EIA/RIMA – PBA - LT 138 kV Angra (FURNAS) - Angra (AMPLA)

é o único acesso para entrada e saída dos moradores. Acreditam que por esta razão haverá impactos e risco a comunidade.

Os representantes de Furnas informam que a empresa mantém os Projetos de Comunicação Social com a comunidade durante todo o processo operacional e que a consultoria realizada pela empresa Cedro Ambiental deverá fazer todo o trabalho de avaliação dos impactos junto com a comunidade para evitar que os impactos ocorram.

As lideranças comunitárias informam que o risco pode ser maior durante os períodos de festas (maio), período de férias e aos finais de semana, quando há maior circulação de pessoas (turistas) para visitar a cachoeira localizada na área da comunidade.

A representante da Fundação Cultural Palmares reforça a importância de fazer o comunicado dos processos de licenciamento e estudos de impacto ambiental (ECQ) com a Palmares do Rio de Janeiro para que eles possam acompanhar o processo e poder passar mais informações para a comunidade.

As lideranças comunitárias informam que as condicionantes do projeto de Angra II e Angra III acordados com a comunidade não foram cumpridos. Fizeram todo o processo de estudo e elaboração de projetos junto com a empresa Eletronuclear. Entretanto o projeto de construção da área da Associação Comunitária não foi aprovado. Exigiram que a comunidade buscasse um engenheiro civil para elaboração do projeto. A comunidade identificou pessoas para ajudar na elaboração do projeto, mas não foi aceito.

Os representantes de Furnas informaram que a empresa Eletronuclear não faz parte de Furnas. E que os processos de licenciamento não estão vinculados.

Posteriormente, dando continuidade à reunião, as representantes da empresa de consultoria Cedro Ambiental fizeram a apresentação sobre o processo de Licenciamento Ambiental. Foram informados: 1) sobre os direitos sobre o território das comunidades tradicionais e da consulta prévia quando há projetos





Plano de Trabalho – EIA/RIMA – PBA - LT 138 kV Angra (FURNAS) - Angra (AMPLA)

ANEXO 2 – Lista de presença da Oficina de Avaliação de Impacto

Cedro Assessoria Ambiental Ltda.

Furnas

TABELA 2 - LISTA DE PRESENÇA OFICINA DE AVALIAÇÃO E PLANO DE CONTROLE DOS IMPACTOS, DIA 09 DE OUTUBRO 2017, 19 H.

NOME	INSTITUIÇÃO	CONTATO	ASSINATURA
Maurício Zoratti	Cedro Ambiental	33963948454	
Carla Mellem Ramos G.			
Quicianayli da Silva	Arquisobra	24/999021264	
Valter C. de Almeida			
Flávio Da Silva Almeida	Arquisobra	998395519	
Marilda de Souza Francisco	Arquisobra	988172696	
Enocir V. F. de Almeida	Arquisobra	(21) 995340915	Enocir V. F. de Almeida

Lista de Presença da Oficina de Avaliação e Plano de Controle dos Impactos – ECQ - LT 138 kV Angra (FURNAS) - Angra (AMPLA)